



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 037/2025**  
**Processo Administrativo Nº 02.04.00.0447/2025 - SEAMO**

A Prefeitura Municipal de Imperatriz – MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021, do Decreto nº 12/2025, da Lei Complementar n.º 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e alterações posteriores, e, de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA** mediante as condições estabelecidas neste Edital.

**ÓRGÃO GERENCIADOR**

Secretaria Municipal de Administração e Modernização

**ÓRGÃO (S) PARTICIPANTE(S)**

Secretaria Municipal de Saúde;  
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;  
Secretaria Municipal de Educação;  
Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude;  
Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Produção;  
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano;  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;  
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos;

**OBJETO**

Registro de preço para eventual e futura contratação de empresa especializada para fornecimento material de Construção, elétrico e hidráulico para atender as necessidades do Município de Imperatriz – MA.

**VALOR TOTAL ESTIMADO**

SIGILOSO (artigo 24 da Lei nº 14.133/2021)

**PORTAL UTILIZADO:** LICITA IMPERATRIZ

**ENDEREÇO DO PORTAL:** <https://www.licitaimperatrizma.com.br/>

**DATA:** 06 de janeiro de 2026.

**HORÁRIO:** 09:00 (nove horas) (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF)

**E-MAIL:** [licitacao@imperatriz.ma.gov.br](mailto:licitacao@imperatriz.ma.gov.br)

Obs. Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.

**ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:**

Até o dia 30/12/2025 às 23:59 (horário de Brasília/DF) para o endereço [licitacao@imperatriz.ma.gov.br](mailto:licitacao@imperatriz.ma.gov.br) (Art.23, Decreto 10.024/2019).





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



**AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

HAYENDA BRITO SOARES

**AUTORIDADE COMPETENTE**

RÔMULO DA SILVA ANDRADE

**CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DA CONTRATAÇÃO**

<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	MENOR PREÇO
<b>FORMA DE ADJUDICAÇÃO</b>	POR ITEM
<b>MODO DE DISPUTA</b>	ABERTO
<b>INTERVALO ENTRE OS LANCES</b>	R\$ 0,01 (um centavo)
<b>REGIME DE EXECUÇÃO</b>	FORNECIMENTO
<b>INDÍCIO DE INEXEQUIBILIDADE</b>	Propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração
<b>EXIGÊNCIA DE VISITA TÉCNICA</b>	NÃO
<b>APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS</b>	NÃO
<b>EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE PROPOSTA</b>	NÃO
<b>EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE CONTRATO</b>	NÃO
<b>PERMITE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO</b>	NÃO
<b>HAVERÁ INVERSÃO A FASE DE HABILITAÇÃO?</b>	NÃO
<b>PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA</b>	90 (noventa) DIAS

**DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

Itens/Lotes destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP, cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)? (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)	SIM
Itens/Lotes com reserva de cotas destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP? (Art. 48, III, Lei Complementar nº 123/06)	SIM (25%)
Prioridade de contratação para MEI/ME/EPP sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido? (Art. 48, §3º, Lei Complementar nº 123/06)	NÃO

**1. OBJETO DA LICITAÇÃO**

- 1.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada para aquisição de material de construção, elétrico e hidráulico





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

para atender as necessidades do Município de Imperatriz/MA. Conforme as quantidades, especificações e condições descritas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

- 1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas na Plataforma do Pregão e as especificações constantes deste Edital, serão consideradas como válidas as do Edital, sendo estas a que os licitantes deverão se ater no momento da elaboração da proposta.

**2. RECURSO ORÇAMENTÁRIO**

- 2.1. Nos termos da legislação vigente, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da formalização do contrato ou instrumento equivalente.

**3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

- 3.1. Poderão participar deste procedimento de contratação as interessadas estabelecidas no País, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital e nos seus Anexos, inclusive quanto à documentação, que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste procedimento de contratação, previamente credenciadas no sistema "Portal de Compras de Imperatriz" através do site <https://www.licitaimperatrizma.com.br/>.
- 3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste certame deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 3.1.2. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Prefeitura Municipal responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.1.4. Informações complementares sobre o credenciamento junto ao provedor do sistema deverão ser obtidas diretamente com o suporte técnico da plataforma indicada neste edital.
- 3.2. Conforme definido nos Critérios Gerais da Contratação, no preâmbulo deste edital, os itens ou lotes, conforme os critérios de adjudicação, com valores até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), são de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 3.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do processo de contratação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

**3.3. Ficam impedidos de participar desta licitação:**

- 3.3.1. Aquele que não atenderem às condições deste edital;
- 3.3.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando o processo de contratação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.3.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando o processo de contratação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.3.4. Aquele que estejam em processo de dissolução, liquidação, falência ou concurso de credores;
  - 3.3.4.1. Nos casos em que o empresário esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, poderá participar desde que apresente o plano de recuperação homologado em juízo.
- 3.3.5. Pessoa Física ou Jurídica que se encontre, ao tempo do processo de contratação, impossibilitada de contratar com a administração pública em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - 3.3.5.1. O impedimento de que trata o este item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.3.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.3.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.3.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.3.9. Agente público do órgão ou entidade licitante;
  - 3.3.9.1. A vedação de que trata este estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

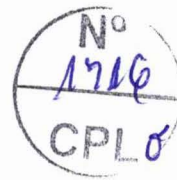
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

- 3.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do processo de contratação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.3.12. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
- 3.4. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.5. A simples apresentação da proposta implica, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o agente de contratação de qualquer responsabilidade civil ou penal.

**4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 4.1. **No preâmbulo deste edital está definido se a fase de habilitação poderá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.**
  - 4.1.1. Caso a fase de habilitação NÃO anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, dos documentos de habilitação somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
  - 4.1.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor de sua proposta, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
- 4.4. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação
- 4.5. As propostas apresentadas deverão considerar os preços unitários com base nas quantidades máximas estimadas pela Administração, conforme especificações constantes no Termo de Referência, devendo os licitantes ofertar valores compatíveis com essa estimativa, em atendimento ao disposto no art. 82, inciso II, da Lei nº 14.133/2021
- 4.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
  - 4.6.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

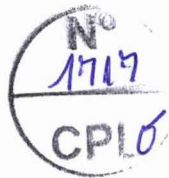
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

- trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.6.2. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.6.3. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.7. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.12. O prazo de validade da proposta é aquele estabelecido no preâmbulo deste edital de licitação, contados da data de abertura da sessão pública.
- 4.12.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.
- 4.13. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.14. A entrega da proposta e dos documentos de habilitação, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

**5. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

- 5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 5.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do presente procedimento de contratação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.4. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança de sua proposta e seus documentos de habilitação.
- 5.5. Aberta a sessão pública do certame, as propostas de preços serão irretratáveis, não se admitindo retificações ou alterações nos preços ou nas condições estabelecidas, salvo quanto aos lances ofertados, na fase própria do certame.

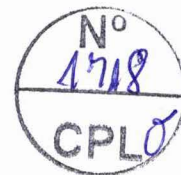
**6. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

- 6.1. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
  - 6.1.1. Também será desclassificada a proposta preenchida e que identifique o licitante.
  - 6.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
  - 6.1.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.2. O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública da licitação quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, irá perdurar por mais de um dia.
  - 6.2.1. Após a suspensão da sessão pública, o Agente de Contratação enviará, via chat, mensagens aos licitantes informando a data prevista para o início da oferta de lances.
- 6.3. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

**7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 7.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.
- 7.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertada e registrado no sistema
- 7.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, está estabelecido no preâmbulo deste edital.
- 7.4. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.
- 7.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



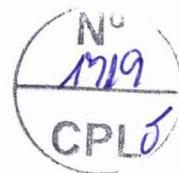


**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

- 7.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 7.7. O licitante poderá solicitar a exclusão de seu último lance ofertado, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável, que será avaliado pelo Agente de Contratação.
- 7.8. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja entendido como manifestamente inexecutável.
- 7.9. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.11. **No preâmbulo deste edital está definida o modo de disputa deste certame, que poderá ser:**
- 7.11.1. **Modo de Disputa Aberto:**
- 7.11.1.1. No modo de disputa "aberto", a apresentação de lances públicos é de forma sucessiva, com prorrogações.
- 7.11.1.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.1.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.1.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.11.1.5. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.11.2. **Modo de Disputa Aberto -Fechado:**
- 7.11.2.1. No modo de disputa "aberto e fechado", é quando os licitantes apresentam lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.11.2.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após isso, transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.11.2.3. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.2.3.1. O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por oferecer melhor lance.



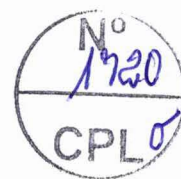


**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

- 7.11.2.3.2. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.2.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.11.2.4.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.2.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.11.3. **Modo de Disputa Fechado-Aberto:**
- 7.11.3.1. Poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 7.11.3.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item anterior, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 7.11.3.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.3.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.12. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.12.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 7.12.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

- 7.12.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 7.12.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 7.12.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.12.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
  - 7.12.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
  - 7.12.2.2. empresas brasileiras;
  - 7.12.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 7.12.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**8. DOS CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DE BENEFÍCIOS ÀS ME/EPPs**

- 8.1. O licitante que deixar de assinalar o campo da "Declaração de ME/EPP" não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas.
- 8.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, e nos termos estabelecidos no preâmbulo do presente instrumento.
- 8.3. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa e empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:
  - 8.3.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste procedimento.
  - 8.3.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
  - 8.3.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta





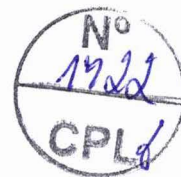
**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

- 8.3.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.
- 8.3.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.
- 8.4. **No preâmbulo do presente instrumento constam todos os benefícios específicos que serão aplicados às microempresas e empresas de pequeno porte, e conforme cada benefício seguirão regras específicas, conforme estabelecido nos itens subsequentes.**
- 8.5. Quando aplicado o benefício de itens/lotos destinados à participação exclusiva para MEI/ME/EPP, com valores totais até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.5.1. Em atendimento ao disposto no artigo 48, I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, todos os itens/lotos cujo valor total seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.
- 8.6. Quando aplicado o benefício de Itens/Lotes com reserva de cotas destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP?, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.6.1. Em atendimento ao disposto no artigo 48, III, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, todos os itens/lotos cujo valor total seja superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serão divididos em cotas para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme percentual estabelecido no preâmbulo deste instrumento.
- 8.6.2. Para a cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte, a proposta comercial deverá ser apresentada separadamente, para cada item/lote, conforme itens relacionados no Termo de Referência.
- 8.6.3. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem preço do primeiro colocado.
- 8.6.4. Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação se dará pelo menor preço ofertado.
- 8.7. Quando aplicado o benefício de prioridade de contratação para MEI/ME/EPP sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.7.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte sediada no âmbito local ou regional, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte sediada localmente ou regionalmente, que seja igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta mais bem classificada, será dada PRIORIDADE de contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte sediada localmente ou regionalmente, com a declaração de vencedor do item.
- 8.7.2. No preâmbulo deste instrumento convocatório está definido se o presente benefício será aplicado somente em âmbito local ou regional.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

- 8.8. A participação nos itens/lotes expressamente reservados às microempresas e empresas de pequeno porte, por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando a mesma à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com esta Prefeitura Municipal, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

**9. DA NEGOCIAÇÃO**

- 9.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.2. O Agente de Contratação poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.
- 9.3. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 9.3.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 9.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 9.5. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance no prazo mínimo de 2h (duas horas), acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital, contado da convocação efetuada pelo Agente de Contratação.
- 9.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação por solicitação justificada do licitante, formulada antes do fim do prazo, e formalmente aceita.
- 9.5.2. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.
- 9.6. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**10. DA FASE DE JULGAMENTO**

- 10.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e as Condições de Participação deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 10.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União;
- 10.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

- 10.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- 10.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992
- 10.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 10.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 10.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 10.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 10.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 10.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este Edital.
- 10.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 10.7.1. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 10.7.1.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 10.8. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, em prazo indicado no Chat, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.8.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta
- 10.8.2. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 10.8.3. Considerar-se-á inexequível a proposta que não possa ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste procedimento de contratação.

- 10.8.4. Antes de desclassificar a proposta de preços e/ou lance ofertado, será oportunizado, em caráter de diligência, à empresa licitante de melhor oferta que apresente documento(s) que comprove(m) que o(s) preço(s) ofertado(s) não é(são) inexequível(eis).
- 10.9. Será desclassificada a proposta que:
- 10.9.1. não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Agente de Contratação;
  - 10.9.2. conter vícios insanáveis;
  - 10.9.3. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
  - 10.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 10.9.5. com valor unitário ou global com preços manifestamente inexequíveis
    - 10.9.5.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não possa ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste procedimento de contratação.
    - 10.9.5.2. Antes de desclassificar a proposta de preços e/ou lance ofertado, será oportunizado, em caráter de diligência, à empresa licitante de melhor oferta que apresente documento(s) que comprove(m) que o(s) preço(s) ofertado(s) não é(são) inexequível(eis)
  - 10.9.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 10.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores ao percentual indicado no preâmbulo deste Edital do valor orçado pela Administração.
- 10.10.1. inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:
- 10.10.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - 10.10.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 10.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 10.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

- 10.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 10.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 10.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 10.13.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 10.13.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

**11. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 11.1. **Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.**
- 11.2. A regra para o momento de envio dos documentos de habilitação é aquela definida no preâmbulo deste edital, podendo ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.3. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 11.3.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 11.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, em 2 (duas) horas.
- 11.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais ou cópias autenticadas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 11.5.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados para a Comissão Permanente de Licitação, situada no endereço eletrônico presente no preâmbulo deste Edital.



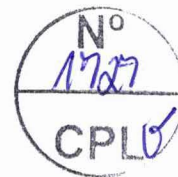


**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

- 11.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64)
- 11.6.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 11.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 11.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 11.8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 11.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 11.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 11.11. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 11.11.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 11.12. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 11.12.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 11.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 11.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

- 11.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.
- 11.14.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 11.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
- 11.15.1. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 11.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma
- 11.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 11.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 11.19. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, especialmente quanto ao capital social ou patrimônio líquido mínimo, quando assim o edital exigir, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 11.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

**12. DA AMOSTRA**

- 12.1. As regras relacionadas a apresentação de amostras são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

**13. DA VISITA TÉCNICA**

- 13.1. As regras relacionadas a visita técnica são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

**14. DOS RECURSOS**

- 14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

- 14.2. Declarada a vencedora, o Agente de Contratação abrirá prazo não inferior a 10 (dez) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.
- 14.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 14.2.2. A falta de manifestação do licitante quanto à intenção de recorrer importará a preclusão desse direito e autoriza o Agente de Contratação a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
- 14.3. A licitante que manifestar a intenção de recurso deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 14.3.1. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação
- 14.3.2. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 14.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 14.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.7. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico com endereço no preâmbulo deste instrumento.

**15. DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 15.1. O órgão gerenciador pela presente contratação é aquele informado no preâmbulo do presente edital e é responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.
- 15.2. São órgãos participantes os órgãos ou entidades da administração pública que participam dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integram a Ata de Registro de Preços.
- 15.3. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador para manifestação sobre a possibilidade de adesão, respeitando-se os limites estabelecidos na legislação vigente.
- 15.4. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias.



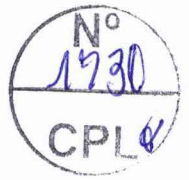


**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

- 15.4.1. O órgão gerenciador poderá autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação deste prazo, respeitado o prazo de vigência da Ata, quando solicitada pelo órgão não participante.
- 15.5. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da contratação decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 15.6. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 15.6.1. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito
- 15.6.2. A assinatura deverá ser feita, preferencialmente, pessoalmente pelo representante legal da licitante na sede da Prefeitura Municipal.
- 15.6.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer à Prefeitura Municipal para a assinatura, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura via endereço eletrônico de e-mail, que deverá ser devolvida em original, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) para a Sede da Prefeitura Municipal de Imperatriz.
- 15.6.2.2. Considerar-se-á, para fins de contagem do prazo da assinatura, a data da postagem da Ata de Registro de preço.
- 15.6.2.3. Poderá ainda ser assinada eletronicamente através de certificado digital, por processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.
- 15.6.3. É facultada ao órgão gerenciador, quando a convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo.
- 15.7. A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo assinalado no item anterior, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.
- 15.8. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 15.9. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.
- 15.10. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

- 15.11. A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.
- 15.12. A Ata de Registro de Preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e disponibilizada durante sua vigência.

**16. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

- 16.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 16.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 16.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 16.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 16.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 16.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 16.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 16.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 16.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 16.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 16.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 16.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 17.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 17.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;
- 17.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 17.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 17.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

- 17.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 17.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 17.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 17.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 17.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 17.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 17.1.5. fraudar a licitação
- 17.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 17.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 17.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 17.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 17.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 17.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 17.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 17.2.1. advertência;
  - 17.2.2. multa;
  - 17.2.3. impedimento de licitar e contratar e
  - 17.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 17.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 17.3.2. as peculiaridades do caso concreto
  - 17.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 17.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 17.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 17.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
  - 17.4.1. Para as infrações previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
  - 17.4.2. Para as infrações previstas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 17.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

- 17.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 17.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito desta Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 17.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 20.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 17.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 17.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor desta Administração.
- 17.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 17.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 17.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 17.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 17.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados a essa Administração.

**18. DA REABERTURA DA SESSÃO**

- 18.1. A sessão pública poderá ser reaberta:





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

- 18.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 18.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 18.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 18.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail e imprensa oficial de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 18.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

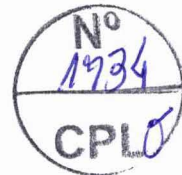
**19. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

- 19.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste procedimento de contratação mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico descrito no preâmbulo do presente edital ou através de campo próprio do sistema.
- 19.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em site eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 19.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 19.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 19.4. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 19.5. Para a resposta dos esclarecimentos e o julgamento das impugnações o Agente de Contratação será auxiliado pelo setor técnico competente.
- 19.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 19.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.
- 19.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no mural da plataforma utilizada para realização do certame através do endereço <https://www.licitaimperatrizma.com.br/> e vincularão os participantes e a Administração.

**20. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 20.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, caso não haja interposição de recurso, por ato da autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

- 20.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

**21. DO REAJUSTE**

- 21.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.
- 21.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 21.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 21.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 21.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 21.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 21.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 21.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**22. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 22.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 22.2. A Autoridade Competente do Órgão Requisitante compete anular este procedimento de contratação por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.
- 22.2.1. A anulação do procedimento de contratação induz à extinção do contrato.
- 22.2.2. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 22.3. O Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão.
- 22.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente desta Prefeitura.
- 22.5. O Agente de Contratação ou a Autoridade Superior, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não comprometam a proposta, a legislação vigente e a lisura desta Licitação, reservando-se o direito de promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, em





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

qualquer fase da licitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da Sessão Pública.

- 22.6. As normas que disciplinam este procedimento de contratação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.7. Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital prevalecerá a redação deste.
- 22.8. Em se tratando de certame que seja para aquisição de bens de natureza divisível, que possua cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte:
- 22.8.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.
- 22.8.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- 22.8.3. Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, será priorizado de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.
- 22.9. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.
- 22.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a Sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação em contrário.
- 22.11. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.
- 22.12. Os casos omissos serão decididos pelo Agente de Contratação em conformidade com as disposições constantes das Leis no preâmbulo deste Edital e demais normas pertinentes.
- 22.13. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Comarca de Imperatriz/MA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 22.14. Este Edital será fornecido a qualquer interessado, através dos sítios <https://www.licitaimperatrizma.com.br/> e <https://servicos.imperatriz.ma.gov.br/cpl/>
- 22.15. Os licitantes ficam informados sobre os termos da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, em especial, ao constante no art. 5.º, inciso IV, correspondente aos procedimentos licitatórios, indicando que qualquer indício de conluio, ou de outra forma de fraude ao certame, implicará aos envolvidos as penalidades previstas no mencionado diploma legal.

**23. ANEXOS**

Anexo I Termo de Referência





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**


**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

Apêndice I

Estudo Técnico Preliminar

Anexo II    Modelo de Proposta de Preços  
Anexo III   Minuta da Ata de Registro de Preços  
Anexo IV    Minuta do Termo de Contrato

IMPERATRIZ – MA, 09 de dezembro de 2025.



---

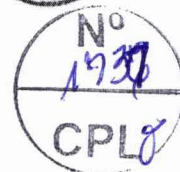
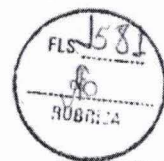
**RÔMULO DA SILVA ANDRADE**

Secretário M. de Administração e Modernização





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



## TERMO DE REFERÊNCIA

BENS COMUNS, LEI 14.133/2021.

### 1. DO OBJETO

- 1.1. O presente Termo de Referência visa Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada para aquisição de material de construção, elétrico e hidráulico para atender as necessidades do Município de Imperatriz, conforme tabela, condições e exigências estabelecidas neste instrumento
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação é de qualidade comum, não superior à cumprir as finalidades às quais se destinam, não se enquadrando como sendo de bem de luxo, nos termos do artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 2. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE CONSUMO

- 2.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas (justificativa em anexo). Segue abaixo planilha de itens e quantitativos para referência:

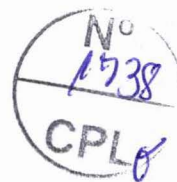
Item	Código	Descrição	Und	Quant. TOTAL	LC 123/06
<b>MATERIAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL</b>					
1	372603	ACO CA-50, 10,0 MM, VERGALHAO	KG	60037,5	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	372603	ACO CA-50, 10,0 MM, VERGALHAO (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	KG	20012,5	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
3	374250	ACO CA-50, 12,5 MM OU 16,0 MM, VERGALHAO	KG	12112,5	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	374250	ACO CA-50, 12,5 MM OU 16,0 MM, VERGALHAO (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III)	KG	4037,5	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
5	319019	ACO CA-50, 6,3 MM, VERGALHAO	KG	31552,5	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	319019	ACO CA-50, 6,3 MM, VERGALHAO (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III)	KG	10517,5	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
7	372602	ACO CA-50, 8,0 MM, VERGALHAO	KG	25575	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	372602	ACO CA-50, 8,0 MM, VERGALHAO (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III)	KG	8525	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
9	319019	ACO CA-60, 4,2 MM, OU 5,0 MM, OU 6,0 MM, OU 7,0 MM, VERGALHAO	KG	18810	AMPLA CONCORRÊNCIA





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

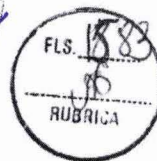
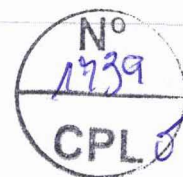


10	319019	ACO CA-60, 4,2 MM, OU 5,0 MM, OU 6,0 MM, OU 7,0 MM, VERGALHAO (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III)	KG	6270	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
11	630431	ADESIVO ACRILICO DE BASE AQUOSA / COLA DE CONTATO	KG	400	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
12	247711	ARAME GALVANIZADO 18 BWG, D = 1,24MM (0,009 KG/M)	KG	6378	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	247711	ARAME GALVANIZADO 18 BWG, D = 1,24MM (0,009 KG/M) (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III)	KG	2126	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
14	452807	ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,65 MM (0,016 KG/M) OU 18 BWG, D = 1,25 MM (0,01 KG/M)	KG	6378	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	452807	ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,65 MM (0,016 KG/M) OU 18 BWG, D = 1,25 MM (0,01 KG/M) (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III)	KG	2126	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
16	629003	AREIA FINA LAVADA	M³	14700	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	629003	AREIA FINA LAVADA (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III)	M³	4900	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
18	629094	ARGAMASSA COLANTE TIPO AC III E	KG	140100	AMPLA CONCORRÊNCIA
19	629094	ARGAMASSA COLANTE TIPO AC III E (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III)	KG	46700	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
20	361138	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 60CM, DIAMETRO MINIMO 3 CM	UN	174	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
21	361137	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 90 CM, DIAMETRO MINIMO 3 CM	UN	174	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
22	627904	BLOCO CERAMICO / TIJOLO VAZADO PARA ALVENARIA DE VEDACAO, 8 FUROS NA HORIZONTAL DE 9 X 19 X 19 CM (L X A X C)	UN	249000	AMPLA CONCORRÊNCIA
23	627904	BLOCO CERAMICO / TIJOLO VAZADO PARA ALVENARIA DE VEDACAO, 8 FUROS NA HORIZONTAL DE 9 X 19 X 19 CM (L X A X C) (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III)	UN	83000	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
24	436101	BLOCO DE GESSO COMPACTO / MACICO, BRANCO, E = 10 CM, DIMENSOES *67 X 50* CM	M²	1750	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**



					(Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
25	613897	BUCHA DE NYLON, DIAMETRO DO FURO 8 MM, COMPRIMENTO 40 MM, COM PARAFUSO DE ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA, FENDA SIMPLES, 4,8 X 50 MM	UN	10200	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
26	329857	CAL HIDRATADA PARA PINTURA	KG	292650	AMPLA CONCORRÊNCIA
27	329857	CAL HIDRATADA PARA PINTURA (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III)	KG	97550	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
28	472733	CHAPA/PAINEL DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA (MADEIRITE RESINADO ROSA) PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2200 X 1100 MM, E = 17 MM	M²	5587,5	AMPLA CONCORRÊNCIA
29	472733	CHAPA/PAINEL DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA (MADEIRITE RESINADO ROSA) PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2200 X 1100 MM, E = 17 MM (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III)	M²	1862,5	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
30	472733	CHAPA/PAINEL DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA (MADEIRITE RESINADO ROSA) PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2200 X 1100 MM, E = 8 A 12 MM	M²	5175	AMPLA CONCORRÊNCIA
31	472733	CHAPA/PAINEL DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA (MADEIRITE RESINADO ROSA) PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2200 X 1100 MM, E = 8 A 12 MM (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III)	M²	1725	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
32	401883	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	1800750	AMPLA CONCORRÊNCIA
33	401883	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32 (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III)	KG	600250	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
34	616071	COLA BRANCA BASE PVA	KG	750	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
35	628536	COMPENSADO NAVAL - CHAPA/PAINEL EM MADEIRA COMPENSADA Prensada, DE 2200 X 1600 MM, E = 15 MM	M²	4912,5	AMPLA CONCORRÊNCIA
36	628536	COMPENSADO NAVAL - CHAPA/PAINEL EM MADEIRA COMPENSADA Prensada, DE 2200 X 1600 MM, E = 15 MM (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III)	M²	1637,5	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
37	619005	CONCRETO USINADO BOMBEAVEL, CLASSE DE RESISTENCIA C25, BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, COM BOMBEAMENTO	M³	2700	AMPLA CONCORRÊNCIA



**ESTADO DO MARANHÃO****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**Nº  
1740  
CPLFLS. 1584  
RUBRICA

		(DISPONIBILIZACAO DE BOMBA), SEM O LANÇAMENTO (NBR 8953)			
38	619005	CONCRETO USINADO BOMBEAVEL, CLASSE DE RESISTENCIA C25, BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, COM BOMBEAMENTO (DISPONIBILIZACAO DE BOMBA), SEM O LANÇAMENTO (NBR 8953) (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III)	M³	900	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
39	429924	DILUENTE AGUARRAS	L	4275	AMPLA CONCORRÊNCIA
40	429924	DILUENTE AGUARRAS (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III)	L	1425	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
41	630570	ESPUMA EXPANSIVA DE POLIURETANO, APLICACAO MANUAL - 500 ML	UN	930	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
42	631565	FECHADURA DE SOBREPOR PARA PORTAO, EM ACO INOX COM ACABAMENTO CROMADO, CAIXA DE 100 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO CILINDRO	UN	365	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
43	631565	FECHADURA ESPELHO PARA PORTA DE BANHEIRO, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 55 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO TRANQUETA (CONJUNTO DE FECHADURAS)	Cj	878	AMPLA CONCORRÊNCIA
44	631565	FECHADURA ESPELHO PARA PORTA DE BANHEIRO, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 55 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO TRANQUETA (CONJUNTO DE FECHADURAS) (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III)	Cj	292	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
45	631565	FECHADURA ESPELHO PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 55 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO CILINDRO	Cj	250	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
46	631565	FECHADURA ESPELHO PARA PORTA INTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 55 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO INTERNA	Cj	878	AMPLA CONCORRÊNCIA



**ESTADO DO MARANHÃO****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

47	631565	FECHADURA ESPELHO PARA PORTA INTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 55 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO INTERNA (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III)	Cj	292	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
48	400029	FERTILIZANTE ORGANICO COMPOSTO, CLASSE A	KG	37020	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
49	631618	FITA ADESIVA ALUMINIZADA, PARA INSTALACAO DE MANTAS DE SUBCOBERTURA, L = *5* CM	M	2450	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
50	467182	FITA TELADA, E=100MM X 2CM, PARA REPARO EM TRINCAS/FISSURAS EM DRYWALL/PINTURA/GECCO/REBOCO	UN	1150	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
51	628688	FORRO EM LAMBRI DE PVC	M²	2418,75	AMPLA CONCORRÊNCIA
52	628688	FORRO EM LAMBRI DE PVC (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III)	M²	806,25	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
53	368815	FUNDO ANTICORROSIVO PARA METAIS FERROSOS (ZARCAO)	L	7170	AMPLA CONCORRÊNCIA
54	368815	FUNDO ANTICORROSIVO PARA METAIS FERROSOS (ZARCAO) (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III)	L	2390	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
55	453732	FUNDO PREPARADOR ACRILICO BASE AGUA	L	4950	AMPLA CONCORRÊNCIA
56	453732	FUNDO PREPARADOR ACRILICO BASE AGUA (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III)	L	1650	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
57	604867	GECCO COLA, EM PO, PARA FIXACAO DE MOLDURAS, SANCAS E BLOCOS DE GECCO	KG	3750	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
58	602765	GRAMA ESMERALDA OU SAO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS, SEM PLANTIO	M²	43515	AMPLA CONCORRÊNCIA
59	602765	GRAMA ESMERALDA OU SAO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS, SEM PLANTIO (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III)	M²	14505	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
60	610605	JANELA DE CORRER, EM ALUMINIO PERFIL 25, 100 X 120 CM (A X L), 2 FLS MOVEIS, SEM	UN	188	AMPLA CONCORRÊNCIA



**ESTADO DO MARANHÃO****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

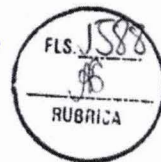
		BANDEIRA, ACABAMENTO BRANCO OU BRILHANTE, BATENTE DE 6 A 7 CM, COM VIDRO 4 MM, SEM GUARNICAÇÃO			
61	610605	JANELA DE CORRER, EM ALUMÍNIO PERFIL 25, 100 X 120 CM (A X L), 2 FLS MOVEIS, SEM BANDEIRA, ACABAMENTO BRANCO OU BRILHANTE, BATENTE DE 6 A 7 CM, COM VIDRO 4 MM, SEM GUARNICAÇÃO (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III)	UN	62	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
62	607702	LONA PLÁSTICA EXTRA FORTE PRETA, E = 200 MICRA	M²	39375	AMPLA CONCORRÊNCIA
63	607702	LONA PLÁSTICA EXTRA FORTE PRETA, E = 200 MICRA (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III)	M²	13125	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
64	486533	LONA PLÁSTICA PESADA PRETA, E = 150 MICRA	M²	7545	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
65	381251	MANTA ASFÁLTICA C/ FILME DE ALUMÍNIO ESP.= 3MM MATERIAL	M²	2887,5	AMPLA CONCORRÊNCIA
66	381251	MANTA ASFÁLTICA C/ FILME DE ALUMÍNIO ESP.= 3MM MATERIAL (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III)	M²	962,5	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
67	631565	MAQUINA DE 40 MM PARA FECHADURA, PARA PORTA DE BANHEIRO, EM AÇO INOX	UN	1350	AMPLA CONCORRÊNCIA
68	631565	MAQUINA DE 40 MM PARA FECHADURA, PARA PORTA DE BANHEIRO, EM AÇO INOX (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III)	UN	450	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
69	356009	MASSA ACRÍLICA PARA SUPERFÍCIES INTERNAS E EXTERNAS	KG	15900	AMPLA CONCORRÊNCIA
70	356009	MASSA ACRÍLICA PARA SUPERFÍCIES INTERNAS E EXTERNAS (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III)	KG	5300	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
71	356008	MASSA CORRIDA PARA SUPERFÍCIES DE AMBIENTES INTERNOS	KG	42900	AMPLA CONCORRÊNCIA
72	356008	MASSA CORRIDA PARA SUPERFÍCIES DE AMBIENTES INTERNOS (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III)	KG	14300	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
73	416693	MASSA DE REJUNTE PRONTA PARA TRATAMENTO DE JUNTAS DE CHAPA DE GESSO PARA DRYWALL, SEM ADICAÇÃO DE ÁGUA	KG	12305	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
74	617790	PARAFUSO CABECA TROMBETA E PONTA AGULHA (GN55), COMPRIMENTO 55 MM, EM AÇO FOSFATIZADO, PARA FIXAR CHAPA DE	UN	253125	AMPLA CONCORRÊNCIA



**ESTADO DO MARANHÃO****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**Nº  
1743  
CPLFLS. 1587  
RUBRICA

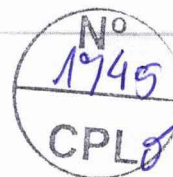
		GESSO EM PERFIL DRYWALL METALICO MAXIMO 0,7 MM			
75	617790	PARAFUSO CABECA TROMBETA E PONTA AGULHA (GN55), COMPRIMENTO 55 MM, EM ACO FOSFATIZADO, PARA FIXAR CHAPA DE GESSO EM PERFIL DRYWALL METALICO MAXIMO 0,7 MM (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III)	UN	84375	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
76	628119	PARAFUSO ZINCADO, AUTOBROCANTE, FLANGEADO, 4,2 MM X 19 MM	CENTO	772	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
77	621544	PASTILHA CERAMICA/PORCELANA, REVEST INT/EXT E PISCINA, CORES BRANCA OU FRIAS, SOLIDAS, SEM MESCLAGEM/MISTURA, ACABAMENTO LISO *5 X 5* CM	M²	8295	AMPLA CONCORRÊNCIA
78	621544	PASTILHA CERAMICA/PORCELANA, REVEST INT/EXT E PISCINA, CORES BRANCA OU FRIAS, SOLIDAS, SEM MESCLAGEM/MISTURA, ACABAMENTO LISO *5 X 5* CM (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M²	2765	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
79	328403	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 A 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M³	6750	AMPLA CONCORRÊNCIA
80	328403	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 A 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M³	2250	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
81	328403	PEDRA BRITADA N. 2 (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M³	8625	AMPLA CONCORRÊNCIA
82	328403	PEDRA BRITADA N. 2 (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M³	2875	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
83	328403	PEDRA BRITADA N. 3 (38 A 50 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M³	6750	AMPLA CONCORRÊNCIA
84	328403	PEDRA BRITADA N. 3 (38 A 50 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M³	2250	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
85	396859	PERFIL CANALETA, FORMATO C, EM ACO ZINCADO, PARA ESTRUTURA FORRO DRYWALL, E = 0,5 MM, *46 X 18* (L X H), COMPRIMENTO 3 M	M	737,5	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
86	396859	PERFIL CANTONEIRA L, LISA, EM ACO, 25 X 30 MM, E = 0,5 MM, PARA ESTRUTURA DRYWALL	M	737,5	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)



**ESTADO DO MARANHÃO****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

87	483687	PISO EM CERAMICA ESMALTADA, COR LISA, PEI MAIOR OU IGUAL A 4, FORMATO MENOR OU IGUAL A 2025 CM2	M <sup>2</sup>	19950	AMPLA CONCORRÊNCIA
88	483687	PISO EM CERAMICA ESMALTADA, COR LISA, PEI MAIOR OU IGUAL A 4, FORMATO MENOR OU IGUAL A 2025 CM2 (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M <sup>2</sup>	6650	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
89	388263	PLACA / CHAPA DE GESSO ACARTONADO, STANDARD (ST), COR BRANCA, E = 12,5 MM, 1200 X 1800 MM (L X C)	M <sup>2</sup>	2201,1	AMPLA CONCORRÊNCIA
90	388263	PLACA / CHAPA DE GESSO ACARTONADO, STANDARD (ST), COR BRANCA, E = 12,5 MM, 1200 X 1800 MM (L X C) (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M <sup>2</sup>	733,7	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
91	351167	PLACA DE GESSO PARA FORRO, *60 X 60* CM, ESPESSURA DE 12 MM (SEM COLOCACAO)	M <sup>2</sup>	3250	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
92	291297	PÓ DE PEDRA	M <sup>3</sup>	855	AMPLA CONCORRÊNCIA
93	291297	PÓ DE PEDRA (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M <sup>3</sup>	285	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
94	625176	PORTA DE ABRIR / GIRO, DE MADEIRA FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 900 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM LAMINADO NATURAL PARA VERNIZ	UN	878	AMPLA CONCORRÊNCIA
95	625176	PORTA DE ABRIR / GIRO, DE MADEIRA FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 900 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM LAMINADO NATURAL PARA VERNIZ (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	292	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
96	624623	PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 600 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA	UN	878	AMPLA CONCORRÊNCIA
97	624623	PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 600 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	292	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
98	624623	PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 600 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO	UN	878	AMPLA CONCORRÊNCIA



**ESTADO DO MARANHÃO****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

		(SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO LAMINADO NATURAL PARA VERNIZ			
99	624623	PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 600 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO LAMINADO NATURAL PARA VERNIZ (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	292	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
100	631581	PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 700 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA	UN	878	AMPLA CONCORRÊNCIA
101	631581	PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 700 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	292	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
102	624541	PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 800 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA	UN	878	AMPLA CONCORRÊNCIA
103	624541	PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 800 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	292	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
104	625176	PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 900 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA	UN	878	AMPLA CONCORRÊNCIA
105	625176	PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 900 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	292	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
106	624541	PORTA DE MADEIRA, FOLHA PESADA (NBR 15930) DE 800 X 2100 MM, DE 40 MM A 45 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SOLIDO, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM LAMINADO NATURAL PARA VERNIZ	UN	878	AMPLA CONCORRÊNCIA
107	624541	PORTA DE MADEIRA, FOLHA PESADA (NBR 15930) DE 800 X 2100 MM, DE 40 MM A 45 MM	UN	292	(Cota de 25%, exclusiva para me e



**ESTADO DO MARANHÃO****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

		DE ESPESSURA, NUCLEO SOLIDO, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM LAMINADO NATURAL PARA VERNIZ (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).			epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
108	341209	PORTA EM PVC 0.60 X 2.10 M	UN	204	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
109	341209	PORTA EM PVC 0.70 X 2.10 M	UN	204	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
110	443724	PORTA PARA PAREDE DRYWALL (GESSO ACARTONADO), SEMI-OCA, COM CAIXA EM MADEIRA E FERRAGENS - 80 X 210 CM	UN	153	AMPLA CONCORRÊNCIA
111	443724	PORTA PARA PAREDE DRYWALL (GESSO ACARTONADO), SEMI-OCA, COM CAIXA EM MADEIRA E FERRAGENS - 80 X 210 CM (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	51	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
112	333251	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	KG	2054	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
113	333252	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 21 (2 X 11)	KG	2004	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
114	444582	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 24 (2 1/4 X 11)	KG	1804	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
115	432416	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 27 (2 1/2 X 10)	KG	1604	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
116	248437	REDUTOR QUÍMICO TIPO 2002 ACABAMENTO (THINNER)	I	4875	AMPLA CONCORRÊNCIA
117	248437	REDUTOR QUÍMICO TIPO 2002 ACABAMENTO (THINNER) (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	I	1625	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
118	416693	REJUNTE ACRÍLICO PARA REVESTIMENTOS CERÂMICOS	KG	6082,5	AMPLA CONCORRÊNCIA
119	416693	REJUNTE ACRÍLICO PARA REVESTIMENTOS CERÂMICOS (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	KG	2027,5	(Cota de 25%, exclusiva para me e

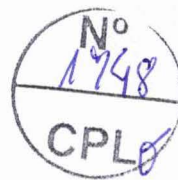




**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

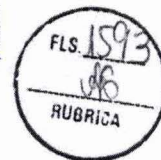
					epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
120	405156	REJUNTE CIMENTICIO, QUALQUER COR	KG	8110	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
121	232604	REVESTIMENTO IMPERMEABILIZANTE BICOMPONENTE SEMIFLEXÍVEL MATERIAL	kg	4125	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
122	619065	SAIBRO PARA ARGAMASSA (COLETADO NO COMERCIO)	M³	3150	AMPLA CONCORRÊNCIA
123	619065	SAIBRO PARA ARGAMASSA (COLETADO NO COMERCIO) (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M³	1050	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
124	289865	SARRAFO *2,5 X 10* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	11000	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
125	393223	SELADOR ACRILICO OPACO PREMIUM INTERIOR/EXTERIOR	L	42750	AMPLA CONCORRÊNCIA
126	393223	SELADOR ACRILICO OPACO PREMIUM INTERIOR/EXTERIOR (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	L	14250	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
127	303534	SISAL EM FIBRA / ESTOPA SISAL PARA GESSO	KG	430	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
128	609325	TABUA *2,5 X 30 CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	10200	AMPLA CONCORRÊNCIA
129	609325	TABUA *2,5 X 30 CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M	3400	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
130	462804	TABUA NAO APARELHADA *2,5 X 20* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	4500	AMPLA CONCORRÊNCIA
131	462804	TABUA NAO APARELHADA *2,5 X 20* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M	1500	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
132	336260	TELA DE AÇO GALVANIZADO FIO 14BWG, COM REVESTIMENTO, MALHA 3/4"	M²	1170	AMPLA CONCORRÊNCIA
133	336260	TELA DE AÇO GALVANIZADO FIO 14BWG, COM REVESTIMENTO, MALHA 3/4" (Cota de 25%,	M²	390	(Cota de 25%, exclusiva para me e



**ESTADO DO MARANHÃO****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

		exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).			epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
134	336260	TELA DE ACO SOLDADA NERVURADA, CA-60, Q-196, (3,11 KG/M2), DIAMETRO DO FIO = 5,0 MM, LARGURA = 2,45 M, ESPACAMENTO DA MALHA = 10 X 10 CM	M²	550	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
135	365490	TELA DE NYLON MALHA 5MM TIPO MOSQUITEIRO/FACHADEIRA (PROTEÇÃO DE FACHADAS)	M²	9750	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
136	323596	TELHA CERAMICA TIPO AMERICANA, COMPRIMENTO DE *45* CM, RENDIMENTO DE *12* TELHAS/M2	UN	72000	AMPLA CONCORRÊNCIA
137	323596	TELHA CERAMICA TIPO AMERICANA, COMPRIMENTO DE *45* CM, RENDIMENTO DE *12* TELHAS/M2 (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	24000	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
138	628302	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, DE 2,44 X 1,10 M (SEM AMIANTO)	M²	13125	AMPLA CONCORRÊNCIA
139	628302	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, DE 2,44 X 1,10 M (SEM AMIANTO) (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M²	4375	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
140	374081	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, DE 3,66 X 1,10 M (SEM AMIANTO)	UN	4500	AMPLA CONCORRÊNCIA
141	374081	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, DE 3,66 X 1,10 M (SEM AMIANTO) (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	1500	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
142	272157	TIJOLO CERAMICO MACICO COMUM DE *5 X 10 X 20* CM (L X A X C)	UN	75400	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
143	624406	TINTA A BASE DE RESINA ACRILICA EMULSIONADA EM AGUA, PARA SINALIZACAO HORIZONTAL VIARIA (NBR 13699:2012)	L	9750	AMPLA CONCORRÊNCIA
144	624406	TINTA A BASE DE RESINA ACRILICA EMULSIONADA EM AGUA, PARA SINALIZACAO HORIZONTAL VIARIA (NBR 13699:2012) (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	L	3250	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
145	482604	TINTA ACRILICA PREMIUM PARA PISO	L	109233	AMPLA CONCORRÊNCIA
146	482604	TINTA ACRILICA PREMIUM PARA PISO (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	L	36411	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
147	482604	TINTA EPOXI BASE AGUA PREMIUM, BRANCA	L	72483	AMPLA CONCORRÊNCIA



**ESTADO DO MARANHÃO****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

148	482604	TINTA EPOXI BASE AGUA PREMIUM, BRANCA (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	L	24161	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
149	482604	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM DE DUPLA ACAO GRAFITE FOSCO PARA SUPERFICIES METALICAS FERROSAS	L	124902	AMPLA CONCORRÊNCIA
150	482604	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM DE DUPLA ACAO GRAFITE FOSCO PARA SUPERFICIES METALICAS FERROSAS (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	L	41634	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
151	361975	TINTA LATEX ACRILICA ECONOMICA, COR BRANCA	L	267483	AMPLA CONCORRÊNCIA
152	361975	TINTA LATEX ACRILICA ECONOMICA, COR BRANCA (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	L	89161	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
153	361975	TINTA LATEX ACRILICA STANDARD, COR BRANCA	L	267483	AMPLA CONCORRÊNCIA
154	361975	TINTA LATEX ACRILICA STANDARD, COR BRANCA (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	L	89161	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
155	625957	TINTA/RESINA ACRILICA PREMIUM PARA CERAMICA, PEDRAS E OUTROS	L	6225	AMPLA CONCORRÊNCIA
156	625957	TINTA/RESINA ACRILICA PREMIUM PARA CERAMICA, PEDRAS E OUTROS (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	L	2075	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
157	481730	TUBO METALON GALVANIZADO DE 20X20 CH 20	m	3022	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
158	310673	VERNIZ TIPO COPAL PARA MADEIRA, BRILHANTE, USO INTERNO	L	17491,5	AMPLA CONCORRÊNCIA
159	310673	VERNIZ TIPO COPAL PARA MADEIRA, BRILHANTE, USO INTERNO (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	L	5830,5	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
<b>FERRAMENTAS</b>					
160	241405	ALAVANCA (1X1,5 M)	UN	200	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
161	602729	ALICATE DE PRESSÃO 11"	UN	125	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
162	245310	BANDEJA DE PINTURA PARA ROLO 23 CM	UN	450	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP

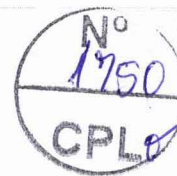




ESTADO DO MARANHÃO

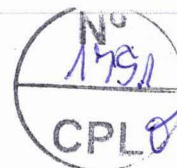
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



					(Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
163	345756	BROXA PARA PINTURA RETANGULAR 18X8CM	UN	1318	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
164	299596	CAIXA DE FERRAMENTA DE 110 PEÇAS COM JOGO DE CHAVES FENDA E PHILIPS	UN	25	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
165	627457	CARRINHO DE MAO, EM ACO, COM CAPACIDADE DE *45 A 65* L / *100* KG, PNEU COM CAMARA	UN	1166	AMPLA CONCORRÊNCIA
166	627457	CARRINHO DE MAO, EM ACO, COM CAPACIDADE DE *45 A 65* L / *100* KG, PNEU COM CAMARA (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	388	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
167	316446	DESEMPENADEIRA DE ACO DENTADA 12 X *25* CM, DENTES 8 X 8 MM, CABO FECHADO DE MADEIRA	UN	256	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
168	316446	DESEMPENADEIRA DE ACO LISA 12 X *25* CM COM CABO FECHADO DE MADEIRA	UN	256	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
169	464635	DISCO DE CORTE 7", PARA FERRO	UN	1170	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
170	626842	DISCO DIAMANTADO PARA CORTE GRANITO/MARMORE 115MM	UN	1152	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
171	615238	DOBRADIÇA DE FERRO ZINCADO 2 1/2"	UN	675	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
172	340740	DOBRADIÇA DE FERRO ZINCADO, 3 1/2", LINHA POPULAR	UN	2000	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
173	438645	ENXADA ESTREITA, EM ACO, *25 X 23* CM, COM CABO DE MADEIRA DE *150* CM	UN	654	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

					Complementar nº 123/2006)
174	631547	ESCADA DE ALUMINIO DE ABRIR COM 7 DEGRAUS	UN	43	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
175	277885	ESCADA EXTENSIVEL EM DURALUMINIO, C/13 D EGRAUS, ALCANCE DE 6,95M	UN	43	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
176	631563	ESMERILHADEIRA ANGULAR FLÉTRICO PORTÁTIL 4 1/2" - 1000 WATTS / 220V	UN	60	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
177	410283	ESPATULA EM ACO INOX COM CABO DE MADEIRA E LARGURA DE *8* CM	UN	484	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
178	459435	ESQUADRO DE ACO 12" (300 MM), CABO DE ALUMINIO	UN	149	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
179	215173	FACAO 20"	UN	164	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
180	445372	FERRAMENTA - ALICATE UNIVERSAL ISOLADO 8"	UN	171	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
181	311040	FERRAMENTA - ARCO DE SERRA REGULÁVEL DE 12" - COM LAMINA	UN	451	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
182	252673	FERRAMENTA - BROCA CHATA PARA MADEIRA 1.1/4"X150MM	UN	365	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
183	438811	FERRAMENTA - BROCA COROA DIAMANTADA SERRA COPO PERFURATRIZ 132X370MM M-22	UN	261	AMPLA CONCORRÊNCIA
184	438811	FERRAMENTA - BROCA COROA DIAMANTADA SERRA COPO PERFURATRIZ 132X370MM M-22 (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	86	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).





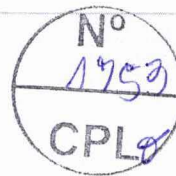
ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



185	623328	FERRAMENTA - BROCA PARA ACO HSS 6,30X101MM	UN	355	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
186	626132	FERRAMENTA - CAVADEIRA ARTICULADA COM 2 CABOS	UN	399	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
187	615068	FERRAMENTA - CHAVE DE GRIFO 36" MODELO AMERICANO	UN	25	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
188	441609	FERRAMENTA - COLHER DE PEDREIRO TAMANHO 8"	UN	464	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
189	625948	FERRAMENTA - FOICE DE ACO COM CABO 110CM	UN	152	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
190	447020	FERRAMENTA - FORMAO CHANFRADO 3/4"	UN	40	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
191	628271	FERRAMENTA - FURADEIRA IMPACTO 3/8" 450W 220V	UN	39	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
192	360827	FERRAMENTA - MACHADO COM CABO 1,5KG	UN	152	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
193	466175	FERRAMENTA - MARTELO TIPO UNHA 25MM	UN	309	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
194	442124	FERRAMENTA - PE DE CABRA EM ACO COM 60CM	UN	190	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
195	603268	FERRAMENTA - PICARETA DE ACO CARBONO COM CABO 90CM ESTREITA	UN	444	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei

**ESTADO DO MARANHÃO****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

					Complementar nº 123/2006)
196	467655	FERRAMENTA - PINCEL 1.1/2"	UN	1154	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
197	453722	FERRAMENTA - PINCEL 2"	UN	1154	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
198	453723	FERRAMENTA - PINCEL 3"	UN	1154	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
199	449875	FERRAMENTA - SERRA CIRCULAR - 7.1/4" 110V 1800W	UN	51	AMPLA CONCORRÊNCIA
200	449875	FERRAMENTA - SERRA CIRCULAR - 7.1/4" 110V 1800W (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	17	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
201	468661	FERRAMENTA - TESOURA PARA GRAMA	UN	112	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
202	626828	FITA CREPE 19X50	UN	6000	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
203	624637	FITA ZEBRADA PARA SINALIZACAO 7CM X 100M	Rolo	77	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
204	600950	FURADEIRA E PARAFUSADEIRA DE IMPACTO 1/2" - COM MALETA, CARREGADOR E BATERIAS DE 18V	UN	29	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
205	629175	INSTRUMENTOS DE MEDICAO-MULTIMETRO	UN	23	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
206	450448	JOGO DE CHAVES HEXAGONAIS ALLEN LONGAS COM 28 PEÇAS: REFERÊNCIAS: - MILÍMETRO: 1,5; 2, 2,5; 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14 - POLEGADA: 1/16", 5/64", 3/32", 1/8", 9/64",	UN	25	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)

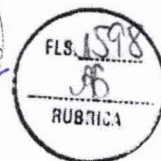




ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



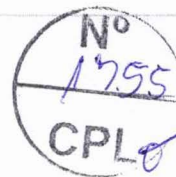
		5/32", 3/16", 7/32", 5/16", 3/8", 7/16", 1/2", 9/16", 1/4"			
207	631128	LÂMINA DE SERRA PARA PVC	UN	776	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
208	627595	LIMA BASTARDA CHATA 12"	UN	241	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
209	262706	LINHA PARA PEDREIRO LISA, 0,8 MM X 100 M	UN	339	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
210	630745	LIXA D'AGUA EM FOLHA, COR PRETA, GRAO 100	UN	13040	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
211	623171	LIXA EM FOLHA PARA FERRO, NUMERO 150	UN	13000	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
212	606914	LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NUMERO 120, COR VERMELHA	UN	11380	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
213	626821	MANGUEIRA CRISTAL, LISA, PVC TRANSPARENTE, 1/2" X 2 MM	M	1440	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
214	443271	MARRETA DE 2KG, COM CABO DE MADEIRA	UN	312	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
215	421521	MARRETA DE 5KG, COM CABO DE MADEIRA	UN	303	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
216	626265	NIVEL DE ALUMINIO 350 MM (14"), COM 3 BOLHAS	UN	35	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



217	627144	PÁ DE BICO C/ CABO DE MADEIRA	UN	561	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
218	443443	PROLONGADOR/ EXTENSOR TELESCOPICO, EM CHAPA METALICA, COM 3 METROS, PARA ROLO DE PINTURA	UN	154	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
219	396242	ROLO DE ESPUMA POLIESTER, 23 CM X 68 MM (COMPRIMENTO X DIAMETRO), SEM CABO	UN	1035	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
220	396242	ROLO DE ESPUMA POLIESTER, 9 CM X 10 MM, COM CABO	UN	1035	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
221	372682	ROLO DE LA DE CARNEIRO DE 15CM	UN	1035	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
222	481427	SERRA MÁRMORE, 1500W / 220 V	UN	96	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
223	216756	SERROTE DE 26"	UN	152	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
224	249031	TALHADEIRA COM PUNHO DE PROTECAO *20 X 250* MM	UN	119	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
225	329229	TURQUESA DE 24"	UN	162	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
226	217912	TRENA DE ACO (COM 2 METROS)	UN	49	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
227	374451	TRENA EM FIBRA DE VIDRO 30 M	UN	82	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei

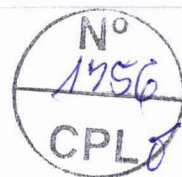




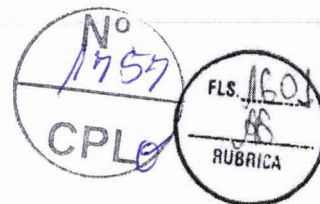
ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

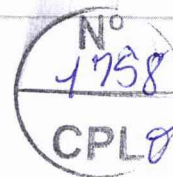


					Complementar nº 123/2006)
228	372609	TRENA EM FIBRA DE VIDRO 50 M	UN	73	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
229	485779	TRINCHA DE 1" COM CERDAS SINTÉTICAS	UN	1154	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
230	467560	TRINCHA PARA PINTURA 4"	UN	1154	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
<b>MATERIAIS HIDROSSANITÁRIOS</b>					
231	373915	ADAPTADOR PVC RÍGIDO ROSCÁVEL C/ FLANGES E ANEL, P/ CAIXA D'ÁGUA D= 1/4"	UN	260	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
232	367452	ADAPTADOR PVC RÍGIDO ROSCÁVEL C/ FLANGES E ANEL, P/ CAIXA D'ÁGUA D= 2"	UN	260	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
233	376585	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 20 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA	UN	1540	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
234	625281	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA	UN	2020	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
235	235203	ADAPTADOR PVC, ROSCAVEL, COM FLANGES E ANEL DE VEDACAO, 1 1/2", PARA CAIXA D'AGUA	UN	260	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
236	245131	ADAPTADOR PVC, ROSCAVEL, COM FLANGES E ANEL DE VEDACAO, 1", PARA CAIXA D'AGUA	UN	260	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
237	269706	ADAPTADOR PVC, ROSCAVEL, COM FLANGES E ANEL DE VEDACAO, 1/2", PARA CAIXA D'AGUA	UN	260	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)

**ESTADO DO MARANHÃO****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

238	243049	ADAPTADOR PVC, ROSCAVEL, COM FLANGES E ANEL DE VEDACAO, 3/4", PARA CAIXA D'AGUA	UN	260	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
239	371114	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM *850* GR	UN	354	AMPLA CONCORRÊNCIA
240	371114	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM *850* GR (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	1062	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
241	616815	ANEL DE VEDAÇÃO PARA BACIA	UN	825	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
242	382123	ASSENTO SANITARIO DE PLASTICO, TIPO CONVENCIONAL	UN	1215	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
243	618198	BACIA SANITARIA (VASO) COM CAIXA ACOPLADA, SIFAO OCULTO / CARENADO, DE LOUCA BRANCA (SEM ASSENTO) - PADRAO ALTO	UN	1238	AMPLA CONCORRÊNCIA
244	618198	BACIA SANITARIA (VASO) COM CAIXA ACOPLADA, SIFAO OCULTO / CARENADO, DE LOUCA BRANCA (SEM ASSENTO) - PADRAO ALTO (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	412	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
245	618198	BACIA SANITARIA (VASO) CONVENCIONAL, DE LOUCA BRANCA, SIFAO APARENTE, SAIDA VERTICAL (SEM ASSENTO)	UN	875	AMPLA CONCORRÊNCIA
246	618198	BACIA SANITARIA (VASO) CONVENCIONAL, DE LOUCA BRANCA, SIFAO APARENTE, SAIDA VERTICAL (SEM ASSENTO) (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	291	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
247	274654	BACIA SANITARIA DE LOUCA MATERIAL	UN	923	AMPLA CONCORRÊNCIA
248	274654	BACIA SANITARIA DE LOUCA MATERIAL (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	307	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
249	357165	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDABEL, CURTA, COM 25 X 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	3020	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
250	357165	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDABEL, CURTA, COM 32 X 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	620	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)



**ESTADO DO MARANHÃO****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

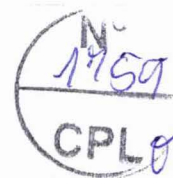
251	357165	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, CURTA, COM 40 X 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	620	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
252	357165	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, CURTA, COM 50 X 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	620	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
253	350893	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, CURTA, COM 60 X 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	870	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
254	301760	CAIXA D'AGUA / RESERVATORIO EM POLIESTER REFORCADO COM FIBRA DE VIDRO, 5000 LITROS, COM TAMPA	UN	105	AMPLA CONCORRÊNCIA
255	301760	CAIXA D'AGUA / RESERVATORIO EM POLIESTER REFORCADO COM FIBRA DE VIDRO, 5000 LITROS, COM TAMPA (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	35	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
256	257504	CAIXA D'AGUA / RESERVATORIO EM POLIETILENO, 1000 LITROS, COM TAMPA	UN	313	AMPLA CONCORRÊNCIA
257	257504	CAIXA D'AGUA / RESERVATORIO EM POLIETILENO, 1000 LITROS, COM TAMPA (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	104	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
258	441748	CAIXA D'AGUA / RESERVATORIO EM POLIETILENO, 1500 LITROS, COM TAMPA	UN	310	AMPLA CONCORRÊNCIA
259	441748	CAIXA D'AGUA / RESERVATORIO EM POLIETILENO, 1500 LITROS, COM TAMPA (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	103	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
260	323174	CAIXA D'AGUA / RESERVATORIO EM POLIETILENO, 2000 LITROS, COM TAMPA	UN	310	AMPLA CONCORRÊNCIA
261	323174	CAIXA D'AGUA / RESERVATORIO EM POLIETILENO, 2000 LITROS, COM TAMPA (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	103	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
262	441813	CAIXA DE DESCARGA PLASTICA PARA BACIA / VASO SANITARIO, EXTERNA, CAPACIDADE 9 LITROS, PUXADOR FIO DE NYLON, NAO INCLUSO CANO, BOLSA, ENGATE	UN	2280	AMPLA CONCORRÊNCIA
263	441813	CAIXA DE DESCARGA PLASTICA PARA BACIA / VASO SANITARIO, EXTERNA, CAPACIDADE 9 LITROS, PUXADOR FIO DE NYLON, NAO INCLUSO CANO, BOLSA, ENGATE (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	760	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
264	451620	CAP PVC, SOLDAVEL, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	3020	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



					Complementar nº 123/2006)
265	452649	CAP PVC, SOLDAVEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	3020	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
266	451621	CAP PVC, SOLDAVEL, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1480	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
267	352648	CAP PVC, SOLDAVEL, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1480	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
268	452716	CAP PVC, SOLDAVEL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1480	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
269	627048	CAP PVC, SOLDAVEL, 60 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1140	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
270	262838	CAP PVC, SOLDAVEL, DN 100 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	850	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
271	317082	CHUVEIRO ELETRICO MATERIAL	UN	675	AMPLA CONCORRÊNCIA
272	317082	CHUVEIRO ELETRICO MATERIAL (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	225	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
273	626063	COLAR TOMADA PVC, COM TRAVAS, SAIDA COM ROSCA, DE 50 MM X 1/2" PARA LIGACAO PREDIAL DE AGUA	UN	785	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
274	626063	COLAR TOMADA PVC, COM TRAVAS, SAIDA COM ROSCA, DE 50 MM X 3/4" PARA LIGACAO PREDIAL DE AGUA	UN	785	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
275	423456	COLAR TOMADA PVC, COM TRAVAS, SAIDA COM ROSCA, DE 60 MM X 1/2" , PARA LIGACAO PREDIAL DE AGUA	UN	760	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)





ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



276	626058	COLAR TOMADA PVC, COM TRAVAS, SAIDA COM ROSCA, 60 MM X 3/4" PARA LIGACAO PREDIAL DE AGUA	UN	760	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
277	344601	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDAVEL, 25 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	890	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
278	469340	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDAVEL, 40 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1180	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
279	237366	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDAVEL, 50 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1140	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
280	237366	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDAVEL, 60 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	860	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
281	623609	CURVA LONGA PVC, PB, JE, 45 GRAUS, DN 100 MM, PARA REDE COLETORA ESGOTO	UN	410	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
282	623609	CURVA LONGA PVC, PB, JE, 45 GRAUS, DN 150 MM, PARA REDE COLETORA ESGOTO	UN	410	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
283	236995	CURVA PVC CURTA 90 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	560	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
284	297941	CURVA PVC CURTA 90 GRAUS, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	560	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
285	297941	CURVA PVC LONGA 90 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	560	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
286	397067	ENGATE/RABICHO FLEXIVEL PLASTICO (PVC OU ABS) BRANCO 1/2" X 40 CM	UN	1060	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



					Complementar nº 123/2006)
287	629223	FITA VEDA ROSCA, EM PTFE, POLO DE 18 MM X 10 M (L X C)	UN	2635	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
288	462376	JOELHO PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 20 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	7140	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
289	462385	JOELHO PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 32 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1530	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
290	626957	JOELHO PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 40 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1520	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
291	469295	JOELHO PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 50 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1520	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
292	469295	JOELHO PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 60 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	2078	AMPLA CONCORRÊNCIA
293	469295	JOELHO PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 60 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	692	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
294	462378	JOELHO PVC, SOLDABEL, COM BUCHA DE LATAO, 90 GRAUS, 25 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1420	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
295	462378	JOELHO PVC, SOLDABEL, COM BUCHA DE LATAO, 90 GRAUS, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1420	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
296	319252	JOELHO PVC, SOLDABEL, PB, 45 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1120	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
297	351450	JOELHO PVC, SOLDABEL, PB, 45 GRAUS, DN 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1130	AMPLA CONCORRÊNCIA
298	351450	JOELHO PVC, SOLDABEL, PB, 45 GRAUS, DN 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (Cota de 25%,	UN	376	(Cota de 25%, exclusiva para me e

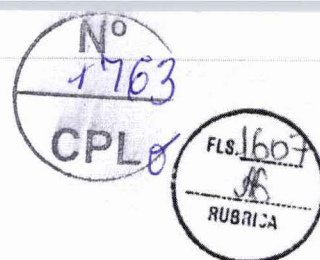


**ESTADO DO MARANHÃO****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

		exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).			epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
299	351455	JOELHO PVC, SOLDABEL, PB, 45 GRAUS, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1440	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
300	351456	JOELHO PVC, SOLDABEL, PB, 45 GRAUS, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1120	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
301	351452	JOELHO PVC, SOLDABEL, PB, 90 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1520	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
302	351450	JOELHO PVC, SOLDABEL, PB, 90 GRAUS, DN 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1737	AMPLA CONCORRÊNCIA
303	351450	JOELHO PVC, SOLDABEL, PB, 90 GRAUS, DN 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	579	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
304	242793	JOELHO, PVC SOLDABEL, 45 GRAUS, 20 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	7140	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
305	242984	JOELHO, PVC SOLDABEL, 45 GRAUS, 25 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	5640	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
306	243109	JOELHO, PVC SOLDABEL, 45 GRAUS, 32 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1510	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
307	265195	JOELHO, PVC SOLDABEL, 45 GRAUS, 40 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1470	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
308	389649	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDABEL, PVC, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1440	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
309	389651	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDABEL, PVC, 60 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1470	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**



310	336923	LUVA PVC SOLDABEL, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	6090	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
311	340072	LUVA PVC SOLDABEL, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1570	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
312	247693	LUVA PVC SOLDABEL, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1540	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
313	247695	LUVA PVC SOLDABEL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1620	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
314	245144	LUVA PVC SOLDABEL, 60 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1670	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
315	353504	LUVA SIMPLES, PVC, SOLDABEL, DN 100 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	656	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
316	358240	LUVA SOLDABEL COM BUCHA DE LATAO, PVC, 25 MM X 3/4"	UN	6090	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
317	397225	MICTORIO INDIVIDUAL, SIFONADO, VALVULA EMBUTIDA, DE LOUCA BRANCA, SEM COMPLEMENTOS - PADRAO ALTO	UN	638	AMPLA CONCORRÊNCIA
318	397225	MICTORIO INDIVIDUAL, SIFONADO, VALVULA EMBUTIDA, DE LOUCA BRANCA, SEM COMPLEMENTOS - PADRAO ALTO (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	212	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
319	374304	PARAFUSO NIQUELADO COM ACABAMENTO CROMADO PARA FIXAR PEÇA SANITARIA, INCLUI PORCA CEGA, ARRUELA E BUCHA DE NYLON TAMANHO S-10	UN	1130	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
320	441522	REGISTRO DE PRESSAO C/ CANOPLA 1/2" MATERIAL	UN	310	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)

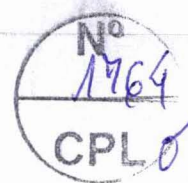




ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

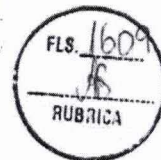
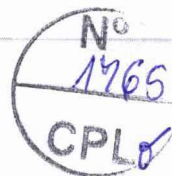
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



321	617598	REGISTRO DE PRESSAO C/ CANOPLA 3/4" MATERIAL	UN	310	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
322	407297	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1"	UN	270	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
323	627274	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1/2"	UN	310	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
324	617594	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 2 1/2"	UN	220	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
325	617594	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 2"	UN	270	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
326	617596	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 3"	UN	200	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
327	627275	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 3/4"	UN	310	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
328	617597	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 4"	UN	90	AMPLA CONCORRÊNCIA
329	617597	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 4" (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	30	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
330	627274	REGISTRO GAVETA, BASE (SEM ACABAMENTO), D= 15MM (1/2")	UN	310	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
331	627275	REGISTRO GAVETA, BASE (SEM ACABAMENTO), D= 20MM (3/4")	UN	310	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
332	602915	SIFAO PLASTICO FLEXIVEL SAIDA VERTICAL PARA COLUMNA LAVATORIO, 1 X 1.1/2 "	UN	1540	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP

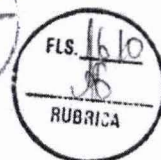
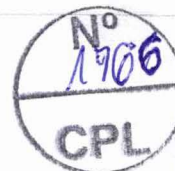


ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



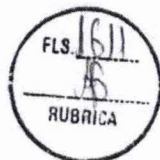
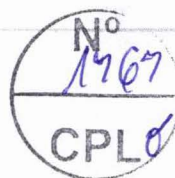
					(Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
333	344641	TE 90 PVC SOLDABEL 20MM	UN	2130	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
334	333579	TE 90 PVC SOLDABEL 32MM	UN	920	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
335	333577	TE 90 PVC SOLDABEL 40MM	UN	1310	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
336	333578	TE 90 PVC SOLDABEL 50MM	UN	1356	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
337	333580	TE 90 PVC SOLDABEL 60MM	UN	1326	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
338	342634	TE SOLDABEL, PVC, 90 GRAUS, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	4280	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
339	396905	TORNEIRA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, 1", AGUA FRIA, COM HASTE E TORNEIRA METALICOS E BALAO PLASTICO	UN	370	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
340	606238	TORNEIRA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, 2", AGUA FRIA, COM HASTE E TORNEIRA METALICOS E BALAO PLASTICO	UN	320	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
341	482763	TORNEIRA DE MESA/BANCADA, PARA LAVATORIO, FIXA, METALICA CROMADA, PADRAO POPULAR, 1/2" OU 3/4"	UN	675	AMPLA CONCORRÊNCIA
342	482763	TORNEIRA DE MESA/BANCADA, PARA LAVATORIO, FIXA, METALICA CROMADA, PADRAO POPULAR, 1/2" OU 3/4" (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	225	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
343	429934	TORNEIRA ELETRICA DE PAREDE, PLASTICA, BICA ALTA, PARA COZINHA, 5500 W (110/220 V)	UN	413	AMPLA CONCORRÊNCIA



**ESTADO DO MARANHÃO****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

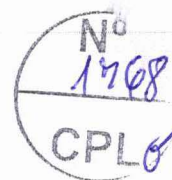
344	429934	TORNEIRA ELETRICA DE PAREDE, PLASTICA, BICA ALTA, PARA COZINHA, 5500 W (110/220 V) (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	137	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
345	443645	TORNEIRA METALICA CROMADA PARA JARDIM / TANQUE, COM BICO PLASTICO, CANO LONGO, DE PAREDE, PADRAO POPULAR / USO GERAL, 1/2" OU 3/4"	UN	550	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
346	320506	TORNEIRA PLASTICA PARA TANQUE 1/2" OU 3/4" COM BICO PARA MANGUEIRA	UN	1405	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
347	626503	TUBO PVC CORRUGADO, PAREDE DUPLA, JE, DN 150 MM/ DE 160 MM, REDE COLETORA ESGOTO	M	3000	AMPLA CONCORRÊNCIA
348	626503	TUBO PVC CORRUGADO, PAREDE DUPLA, JE, DN 150 MM/ DE 160 MM, REDE COLETORA ESGOTO (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M	1000	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
349	626506	TUBO PVC CORRUGADO, PAREDE DUPLA, JE, DN 200 MM/ DE 200 MM, COM 6 M DE COMPRIMENTO, REDE COLETORA ESGOTO	Barra	503	AMPLA CONCORRÊNCIA
350	626506	TUBO PVC CORRUGADO, PAREDE DUPLA, JE, DN 200 MM/ DE 200 MM, COM 6 M DE COMPRIMENTO, REDE COLETORA ESGOTO (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	Barra	167	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
351	627255	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	6757,5	AMPLA CONCORRÊNCIA
352	627255	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688) (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M	2252,5	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
353	627257	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	6118,5	AMPLA CONCORRÊNCIA
354	627257	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688) (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M	2039,5	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
355	481322	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	3010	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
356	627256	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	9030	AMPLA CONCORRÊNCIA
357	627256	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688) (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M	3010	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
358	627257	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 110 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	3378	AMPLA CONCORRÊNCIA



**ESTADO DO MARANHÃO****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

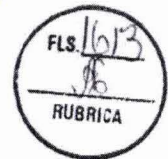
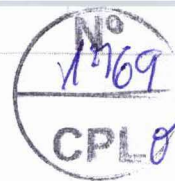
359	627257	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 110 MM, AGUA FRIA (NBR-5648) (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M	1126	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
360	481432	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 20 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	3035	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
361	481432	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 25 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	22515	AMPLA CONCORRÊNCIA
362	481432	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 25 MM, AGUA FRIA (NBR-5648) (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M	7505	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
363	333574	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 32 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	22507,5	AMPLA CONCORRÊNCIA
364	333574	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 32 MM, AGUA FRIA (NBR-5648) (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M	7502,5	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
365	333572	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 40 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	11257,5	AMPLA CONCORRÊNCIA
366	333572	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 40 MM, AGUA FRIA (NBR-5648) (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M	3752,5	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
367	407375	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 50 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	11257,5	AMPLA CONCORRÊNCIA
368	407375	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 50 MM, AGUA FRIA (NBR-5648) (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M	3752,5	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
369	333575	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 60 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	7132,5	AMPLA CONCORRÊNCIA
370	333575	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 60 MM, AGUA FRIA (NBR-5648) (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M	2377,5	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
371	333571	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 75 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	4504,5	AMPLA CONCORRÊNCIA
372	333571	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 75 MM, AGUA FRIA (NBR-5648) (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M	1501,5	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
<b>MATERIAIS ELÉTRICOS</b>					
373	614231	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 3/4" E CUNHA DE FIXACAO	UN	1670	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
374	366292	CABO COBRE FLEXÍVEL, ISOLADO, 1,5MM2 - 450/750V / 70º	m	11500	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP



**ESTADO DO MARANHÃO****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

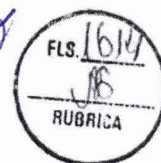
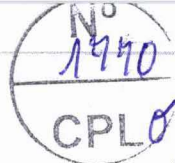
					(Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
375	366301	CABO COBRE FLEXÍVEL, ISOLADO, 10MM2 - 450/750V / 70º	m	43125	AMPLA CONCORRÊNCIA
376	366301	CABO COBRE FLEXÍVEL, ISOLADO, 10MM2 - 450/750V / 70º (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	m	14375	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
377	366301	CABO COBRE FLEXÍVEL, ISOLADO, 16MM2 - 450/750V / 70º	m	17250	AMPLA CONCORRÊNCIA
378	366301	CABO COBRE FLEXÍVEL, ISOLADO, 16MM2 - 450/750V / 70º (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	m	5750	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
379	366310	CABO COBRE FLEXÍVEL, ISOLADO, 2,5MM2 - 450/750V / 70º	m	43125	AMPLA CONCORRÊNCIA
380	366310	CABO COBRE FLEXÍVEL, ISOLADO, 2,5MM2 - 450/750V / 70º (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	m	14375	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
381	366309	CABO COBRE FLEXÍVEL, ISOLADO, 25MM2 - 450/750V / 70º	m	25875	AMPLA CONCORRÊNCIA
382	366309	CABO COBRE FLEXÍVEL, ISOLADO, 25MM2 - 450/750V / 70º (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	m	8625	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
383	616915	CABO COBRE FLEXÍVEL, ISOLADO, 4,0MM2 - 450/750V / 70º	m	60375	AMPLA CONCORRÊNCIA
384	616915	CABO COBRE FLEXÍVEL, ISOLADO, 4,0MM2 - 450/750V / 70º (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	m	20125	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
385	609862	CABO COBRE FLEXÍVEL, ISOLADO, 6,0MM2 - 450/750V / 70º	m	43425	AMPLA CONCORRÊNCIA
386	609862	CABO COBRE FLEXÍVEL, ISOLADO, 6,0MM2 - 450/750V / 70º (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	m	14475	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
387	362639	CABO DE COBRE NÚ PARA ATERRAMENTO, TÊMPERA MOLE, FORMAÇÃO EM FIOS ENCORDADOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DA NBR-5111 - 10 MM2	M	3450	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
388	471952	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	M	16650	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
389	363602	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 6 MM2	M	15825	AMPLA CONCORRÊNCIA



**ESTADO DO MARANHÃO****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

390	363602	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 6 MM2 (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M	5275	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
391	333637	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 10 MM2	M	4807,5	AMPLA CONCORRÊNCIA
392	333637	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 10 MM2 (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M	1602,5	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
393	363602	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 4 MM2	M	9750	AMPLA CONCORRÊNCIA
394	363602	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 4 MM2 (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M	3250	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
395	333616	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 6 MM2	M	11850	AMPLA CONCORRÊNCIA
396	333616	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 6 MM2 (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M	3950	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
397	351007	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 2 CONDUTORES DE 1,5 MM2	M	12937,5	AMPLA CONCORRÊNCIA
398	351007	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 2 CONDUTORES DE 1,5 MM2 (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M	4312,5	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
399	340247	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 2 CONDUTORES DE 4,0 MM2	M	8250	AMPLA CONCORRÊNCIA
400	340247	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 2 CONDUTORES DE 4,0 MM2 (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M	2750	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
401	410773	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 3 CONDUTORES DE 1,5 MM2	M	8625	AMPLA CONCORRÊNCIA
402	410773	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 3 CONDUTORES DE 1,5 MM2 (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M	2875	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).



**ESTADO DO MARANHÃO****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

403	410822	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 3 CONDUTORES DE 4,0 MM2	M	8250	AMPLA CONCORRÊNCIA
404	410822	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 3 CONDUTORES DE 4,0 MM2 (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M	2750	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
405	631137	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 10 MM2	M	4620	AMPLA CONCORRÊNCIA
406	631137	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 10 MM2 (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M	1540	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
407	631137	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 16 MM2	M	4575	AMPLA CONCORRÊNCIA
408	631137	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 16 MM2 (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M	1525	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
409	410771	CABO PP CORDPLAST 2 CONDUTORES 450/750V 2,50MM2	M	400	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
410	410830	CABO PP CORDPLAST 2 CONDUTORES 450/750V 4,0MM2	M	400	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
411	375179	CANAleta SISTEMA X 10X20X2000MM	UN	575	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
412	344923	CINTA AÇO GALVANIZADO 190MM	UN	230	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
413	386405	CANAleta PLASTICA 50 X 20MM X 2000 MM, COM DIVISÓRIA	UN	115	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
414	364538	CINTA AÇO GALVANIZADO 230MM	UN	230	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

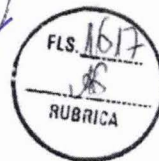


					(Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
415	630410	CONDULETE EM PVC, TIPO "X", SEM TAMPA, DE 3/4"	UN	750	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
416	413823	CONECTOR RETO DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO DE 3/4", PARA ADAPTAR ENTRADA DE ELETRODUTO METALICO FLEXIVEL EM QUADROS	UN	690	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
417	354955	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/2", PARA ELETRODUTO	UN	460	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
418	384726	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/4", PARA ELETRODUTO	UN	460	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
419	447132	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1", PARA ELETRODUTO	UN	460	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
420	317941	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1/2", PARA ELETRODUTO	UN	460	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
421	382541	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UN	460	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
422	416373	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), BIPOLAR, 40 - 50 A	UN	1170	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
423	416365	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), BIPOLAR, 6 - 32 A	UN	2603	AMPLA CONCORRÊNCIA
424	416365	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), BIPOLAR, 6 - 32 A (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	867	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
425	416374	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), BIPOLAR, 63 A	UN	749	AMPLA CONCORRÊNCIA



**ESTADO DO MARANHÃO****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**Nº  
1772  
CPLFLS. 1616  
16  
RUBRICA

426	416374	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), BIPOLAR, 63 A (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	249	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
427	408858	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), MONOPOLAR, 40 - 50 A	UN	1170	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
428	484198	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), MONOPOLAR, 6 - 32 A	UN	1845	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
429	408859	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), MONOPOLAR, 63 A	UN	1170	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
430	484200	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), TRIPOLAR, 10 - 50 A	UN	1740	AMPLA CONCORRÊNCIA
431	484200	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), TRIPOLAR, 10 - 50 A (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	580	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
432	617768	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), TRIPOLAR, 63 A	UN	365	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
433	408745	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 1 1/2", SEM LUVA	M	575	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
434	384943	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 1 1/4", SEM LUVA	M	1150	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
435	408743	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 1/2", SEM LUVA	M	1150	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
436	614043	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 2", SEM LUVA	M	1150	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
437	600262	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 3", SEM LUVA	M	920	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei

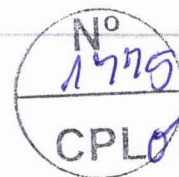
**ESTADO DO MARANHÃO****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

					Complementar nº 123/2006)
438	394405	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 3/4", SEM LUVA	M	1180	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
439	384302	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, COR AMARELA, DE 20 MM	M	21862,5	AMPLA CONCORRÊNCIA
440	384302	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, COR AMARELA, DE 20 MM (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M	7287,5	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
441	384302	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, COR AMARELA, DE 25 MM	M	21862,5	AMPLA CONCORRÊNCIA
442	384302	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, COR AMARELA, DE 25 MM (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	M	7287,5	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
443	622526	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, COR AMARELA, DE 32 MM	M	14775	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
444	419864	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M	UN	9889	AMPLA CONCORRÊNCIA
445	419864	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	3296	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
446	424228	FITA ISOLANTE DE BORRACHA AUTOFUSAO, USO ATE 69 KV (ALTA TENSAO), LARGURA DE 19 MM	M	14020	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
447	460977	INTERRUPTOR "SISTEMA X" 01 SEÇÃO SIMPLES COM PLACA	UN	1495	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
448	452735	INTERRUPTOR SIMPLES + TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	2850	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
449	452735	INTERRUPTOR SIMPLES 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	2625	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
450	460977	INTERRUPTOR SIMPLES 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA SOBREPOR 4" X 2" (CAIXA + MODULO)	UN	1160	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei



**ESTADO DO MARANHÃO****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

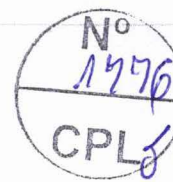
					Complementar nº 123/2006)
451	452736	INTERRUPTORES SIMPLES (2 MODULOS) 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	3170	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
452	452737	INTERRUPTORES SIMPLES (3 MODULOS) 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	1495	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
453	439278	LÂMPADA LED 50W DE POTÊNCIA, LUZ BRANCA BIVOLT, MARCA LLUM OU SIMILAR	UN	5419	AMPLA CONCORRÊNCIA
454	439278	LÂMPADA LED 50W DE POTÊNCIA, LUZ BRANCA BIVOLT, MARCA LLUM OU SIMILAR (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	1806	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
455	617342	LAMPADA LED TUBULAR BIVOLT 18/20 W, BASE G13	UN	1575	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
456	624048	LUMINARIA DE EMERGENCIA 30 LEDS, POTENCIA 2 W, BATERIA DE LITIO, AUTONOMIA DE 6 HORAS	UN	1000	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
457	368622	LUMINARIA DE TETO PLAFON/PLAFONIER EM PLASTICO COM BASE E27, POTENCIA MAXIMA 60 W (NAO INCLUI LAMPADA)	UN	3760	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
458	458575	LUMINARIA LED REFLETOR RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 50 W	UN	402	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
459	469140	LUMINÁRIA PAINEL LED EMBUTIR 18W QUADRADA, 6000K DA G-LIGHT OU SIMILAR	UN	230	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
460	316902	LUVA EM PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/2", PARA ELETRODUTO	UN	230	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
461	259610	LUVA EM PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/4", PARA ELETRODUTO	UN	230	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

462	317609	LUVA EM PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1", PARA ELETRODUTO	UN	230	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
463	317607	LUVA EM PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1/2", PARA ELETRODUTO	UN	230	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
464	316904	LUVA EM PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 2", PARA ELETRODUTO	UN	230	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
465	317608	LUVA EM PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UN	230	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
466	301238	PARAFUSO M16 EM ACO GALVANIZADO, COMPRIMENTO = 250 MM, DIAMETRO = 16 MM, ROSCA MAQUINA, CABECA QUADRADA	UN	460	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
467	301238	PARAFUSO M16 EM ACO GALVANIZADO, COMPRIMENTO = 300 MM, DIAMETRO = 16 MM, ROSCA MAQUINA, CABECA QUADRADA	UN	460	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
468	446803	PLUG FEMEA 2P + T 20A	UN	1370	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
469	418902	PLUGUE PARA TOMADA, TIPO MACHO, 2P+T 10A	UN	1270	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
470	470259	REFLETOR SIMPLES LED 100W DE POTÊNCIA, BRANCO FRIO, 6500K, BIVOLT.	UN	368	AMPLA CONCORRÊNCIA
471	470259	REFLETOR SIMPLES LED 100W DE POTÊNCIA, BRANCO FRIO, 6500K, BIVOLT. (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	122	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
472	470260	REFLETOR SIMPLES LED 150W DE POTÊNCIA, BRANCO FRIO, 6500K, BIVOLT.	UN	368	AMPLA CONCORRÊNCIA
473	470260	REFLETOR SIMPLES LED 150W DE POTÊNCIA, BRANCO FRIO, 6500K, BIVOLT. (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	122	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).



**ESTADO DO MARANHÃO****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

474	360126	REFLETOR SLIM LED 500W DE POTÊNCIA, BRANCO FRIO, 6500K, AUTOVOLT.	UN	64	AMPLA CONCORRÊNCIA
475	360126	REFLETOR SLIM LED 500W DE POTÊNCIA, BRANCO FRIO, 6500K, AUTOVOLT. (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	21	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
476	339103	RELÉ FOTOELÉTRICO 1000 W - 220 V	UN	540	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
477	614340	TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	4660	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
478	419521	TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA SOBREPOR 4" X 2" (CAIXA + MODULO)	UN	1160	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
479	618467	TOMADA 2P+T 20A 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	970	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
480	622452	TOMADAS (2 MODULOS) 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	760	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
<b>PRÉ-MOLDADOS</b>					
481	273043	ANEL DE CONCRETO ARMADO, COM FUIROS/DRENO PARA SUMIDOURO, D = 1,00 M, H = 0,50M	UN	304	AMPLA CONCORRÊNCIA
482	273043	ANEL DE CONCRETO ARMADO, COM FUIROS/DRENO PARA SUMIDOURO, D = 1,00 M, H = 0,50M (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	101	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
483	432897	BLOCO DE VEDACAO CONCRETO APARENTE 9 X 19 X 39 CM (CLASSE C - NBR 6136)	UN	3600	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
484	478212	BLOCO DE VEDACAO DE CONCRETO 14 X 19 X 39 CM (CLASSE C - NBR 6136)	UN	3600	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)
485	478213	BLOCO DE VEDACAO DE CONCRETO 19 X 19 X 39 CM (CLASSE C - NBR 6136)	UN	1800	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei

**ESTADO DO MARANHÃO****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

					Complementar nº 123/2006)
486	478218	CANALETA DE CONCRETO ESTRUTURAL 14 X 19 X 39 CM, FBK 14 MPA (NBR 6136)	UN	8063	AMPLA CONCORRÊNCIA
487	478218	CANALETA DE CONCRETO ESTRUTURAL 14 X 19 X 39 CM, FBK 14 MPA (NBR 6136) (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	2687	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
488	601764	MEIO-FIO OU GUIA DE CONCRETO PRE MOLDADO, COMP 1 M, *30 X 10/12* CM (H X L1/L2)	UN	8063	AMPLA CONCORRÊNCIA
489	601764	MEIO-FIO OU GUIA DE CONCRETO PRE MOLDADO, COMP 1 M, *30 X 10/12* CM (H X L1/L2) (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	2687	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
490	604230	MEIO-FIO OU GUIA DE CONCRETO PRE-MOLDADO, COMP 1 M, *20 X 12/15* CM (H X L1/L2)	UN	8063	AMPLA CONCORRÊNCIA
491	604230	MEIO-FIO OU GUIA DE CONCRETO PRE-MOLDADO, COMP 1 M, *20 X 12/15* CM (H X L1/L2) (Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).	UN	2687	(Cota de 25%, exclusiva para me e epp - lc 123/2006 - art. 48, inciso III).
492	631088	MOURO DE CONCRETO RETO, TIPO ESTICADOR, *10 X 10* CM, H= 2,50 M	UN	875	Participação exclusiva para MEI/ME/EPP (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)

**3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A presente justificativa visa fundamentar a necessidade da realização de um processo administrativo para a aquisição de materiais de construção, elétricos e hidráulicos que atendam às demandas das Secretarias do Município de Imperatriz, em especial as secretarias que são ordenadoras de despesas, que tem em sua rede de trabalho outras secretarias e fundos municipais menores dos quais são responsáveis pela manutenção e conservação.

O objetivo principal desta contratação é garantir a efetividade das ações desenvolvidas pelas diversas secretarias, que necessitam de insumos adequados para a execução de suas atividades. O material em questão é essencial para a manutenção de prédios públicos, escolas, unidades de saúde, obras de infraestrutura e projetos voltados ao desenvolvimento social e ambiental, o que impacta diretamente no bem-estar da população.

A necessidade da contratação se justifica pela situação atual dos imóveis e equipamentos pertencentes ao município, os quais apresentam desgaste e deterioração, comprometendo a qualidade dos serviços prestados à comunidade. A falta de material adequado pode ocasionar interrupções nos serviços essenciais, como atendimento médico, educação e programas sociais, implicando na insatisfação dos cidadãos e na eventual perda de recursos financeiros investidos.

O impacto da não realização dessa contratação pode ser significativo, gerando riscos à segurança e saúde dos usuários e servidores públicos, além de possibilitar o agravamento de problemas





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**



estruturais nas instalações. A ausência dos materiais necessários pode resultar em atrasos na execução de obras ou revogações de convênios e parcerias, o que prejudicaria o andamento de projetos fundamentais para o município.

Por fim, a relevância da contratação para o interesse público é inegável, pois a disponibilização adequada de materiais de construção, elétricos e hidráulicos permitirão a continuidade e a melhoria dos serviços prestados às comunidades. Esta ação está alinhada aos princípios da eficiência, transparência e responsabilidade fiscal estipulados pela Lei 14.133/2021, que rege as licitações e contratações públicas atuais. Neste contexto, a aquisição dos itens listados é de suma importância para assegurar a qualidade dos serviços municipais e o cumprimento dos direitos básicos da população.

Diante do exposto, solicitamos a autorização para dar prosseguimento ao processo administrativo referente à aquisição dos materiais mencionados, tendo em vista a necessidade urgente dessa contratação e seu impacto positivo nas atividades desempenhadas pelas Secretarias do Município de Imperatriz.

- 3.2. Mais detalhes quando a fundamentação da presente contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**4. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO ANUAL**

- 4.1. A presente aquisição está prevista no Plano de Contratações Anual referente ao exercício de 2025, sob o código 23.

**5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

- 5.1. A descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do produto encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 6.1. Os requisitos da contratação, como critérios de sustentabilidade, indicação de marcas ou modelos, ou ainda a vedação de contratação de marca ou produtos encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**7. DAS AMOSTRAS**

- 7.1. Para a presente contratação não será obrigatória a apresentação de amostras por parte da licitante vencedora.

**8. DA GARANTIA DE PROPOSTA**

- 8.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**9. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 9.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**10. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

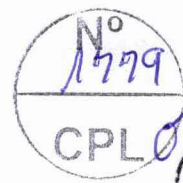
- 10.1. Em conformidade com a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu artigo 48, incisos I e III, alterados pela Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, esta licitação terá:



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



- 10.1.1. Os itens com valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverão ser de participação exclusiva de Microempresas – ME, Empresas de pequeno porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI;
- 10.1.2. Reserva de Cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI.
- 10.1.3. Na licitação, deverá ser assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, que ofertar lance até 5% (cinco por cento) superior ao melhor lance, nos termos do §2º do art. 44 da LC 123/2006;
- 10.1.4. Na licitação, deverá ser assegurado a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no **ÂMBITO LOCAL**, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos do §3º do art. 48 da LC 123/2006, para fomento do comércio local/regional e promoção do desenvolvimento econômico e social.

**11. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

- 11.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do início da vigência que consta descrita no instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

- 12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO** na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

**Forma de fornecimento**

- 12.2. O fornecimento do objeto será **PARCELADO**.

**13. PROPOSTA DE PREÇOS**

- 13.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado;
- 13.2. A proposta de preço deverá conter a discriminação detalhada dos produtos ofertados, marca, modelo e fabricante, quando for o caso, quantidade solicitada, o valor unitário (numérico), valor total (numérico e por extenso), prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias e prazo de entrega dos produtos.

**14. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

- 14.1. A **HABILITAÇÃO JURÍDICA** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:
  - 14.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
  - 14.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
  - 14.1.3. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

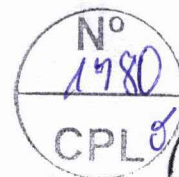




ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



- 14.1.4. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 14.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 14.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 14.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 14.1.8. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
- 14.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 14.2. **A REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
  - 14.2.1. **Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, independente se a fase de habilitação irá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances.**
  - 14.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
  - 14.2.3. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.
  - 14.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
  - 14.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;
    - 14.2.5.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
  - 14.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;
    - 14.2.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**



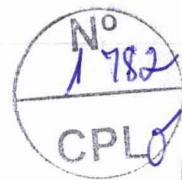
declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

- 14.2.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
  - 14.2.8. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3º da Lei Nº 12.440/2011);
  - 14.2.9. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
  - 14.2.10. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização.
- 14.3. **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, que será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:
- 14.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;
    - 14.3.1.1. Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação.
  - 14.3.2. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
    - 14.3.2.1. Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
    - 14.3.2.2. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.
    - 14.3.2.3. As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispões sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil.
  - 14.3.3. Apresentar a comprovação da situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**



**Índice de Liquidez Geral (≥ 1,00):**

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

**Índice de Liquidez Corrente (≥ 1,00):**

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**Índice de Solvência Geral (≥ 1,00):**

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

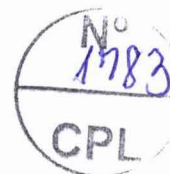
- 14.3.4. Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (LG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).
- 14.3.5. As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.
- 14.3.6. O Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;
- 14.4. A **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:
- 14.4.1. Comprovação de aptidão para a prestação de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 14.4.1.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 14.5. Além das declarações constantes dos itens específicos acima a licitante deverá apresentar ainda as seguintes declarações, sob pena de inabilitação:
- 14.5.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);
- 14.5.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, na forma da lei (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



- 14.5.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma da lei (art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

## 15. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

- 15.1. O prazo de entrega dos itens, sempre que solicitado, será de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 15.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 15.3. Os bens deverão ser entregues na sede do Município de Imperatriz em endereço indicado na Ordem de Fornecimento.
- 15.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

### Garantia, manutenção e assistência técnica

- 15.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 16. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 16.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 16.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 16.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.
- 16.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 16.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

- 16.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### Fiscalização Técnica

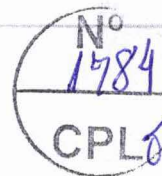




**ESTADO DO MARANHÃO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**



- 16.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração
- 16.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).
- 16.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 16.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 16.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 16.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

**Fiscalização Administrativa**

- 16.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 16.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

**Gestor do Contrato**

- 16.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 16.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 16.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 16.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 16.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o

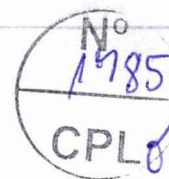




**ESTADO DO MARANHÃO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**



art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

- 16.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 16.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 17.1. Nos termos da legislação vigente, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da formalização do contrato ou instrumento equivalente.
- 17.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

- 18.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega ou execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 18.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 18.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade executados e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 18.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 18.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 18.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 18.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**19. DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO**

- 19.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma da seção anterior, prorrogáveis por igual período.
- 19.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

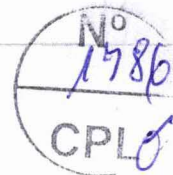




**ESTADO DO MARANHÃO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**



- 19.2.1. o prazo de validade;
- 19.2.2. a data da emissão;
- 19.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 19.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 19.2.5. o valor a pagar; e
- 19.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 19.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
- 19.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município (dívida ativa e tributos), nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 19.5. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 19.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 19.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 19.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.
- 19.9. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.
- 19.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 19.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 19.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
  - 19.12.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 19.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**20. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE CRITÉRIOS**

- 20.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos
- 20.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

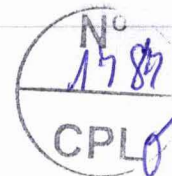




ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



- 20.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 20.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 20.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao serviço e/ou fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 20.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 20.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 20.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 20.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 20.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- 20.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 20.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 1. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 21.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato e Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;
- 21.2. Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 21.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 21.4. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 21.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 21.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

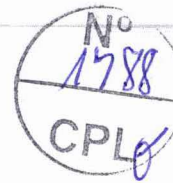




ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



- 21.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 21.8. A empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.
- 21.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;
- 21.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 21.11. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 21.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- 21.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 21.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 21.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 21.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 21.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.
- 21.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 21.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução Contratual;

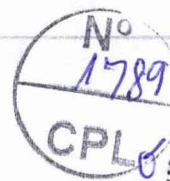




ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



- 21.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 21.21. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 21.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**22. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 22.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §29, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 49, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
  - d) Multa de:
    - I) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela Inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
    - II) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.
    - II.I. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
    - III) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

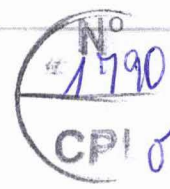




ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



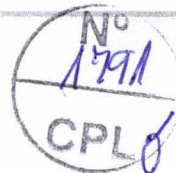
- IV) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "a", "b", "c" e "d" do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.
- 22.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 22.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §79, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 22.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 22.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, 98º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 22.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade
- 22.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 22.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §19, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle
- 22.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 22.10. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 22.11. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

22.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

22.13. Os débitos do CONTRATADO para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

Imperatriz/MA, 24 de setembro de 2025.

**GUSTAVO PAIXÃO MARTINS**

Chefe do Setor de Planejamento e Estudo Preliminar em Contratações e Licitações da SEAMO

Despacho:

Aprovo:

Imperatriz/MA, 24 de 09, 2025

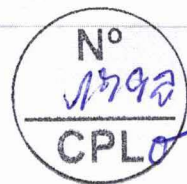
**RÔMULO DA SILVA ANDRADE**

Secretário M. de Administração e Modernização





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**



**Unidade Requisitante**

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;  
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;  
Secretaria Municipal de Saúde;  
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano;  
Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude;  
Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Produção;  
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos;  
Secretaria Municipal de Educação.



**Alinhamento com o Planejamento Anual**

A presente contratação, encontra-se em conformidade com o Plano de Contratações Anual - exercício 2025, de acordo com o planejamento Prévio, realizado por este Município. O objeto em questão refere-se ao item 23, conforme publicação no Diário Oficial, Decreto nº 015 de 20 de janeiro de 2025.



**Equipe de Planejamento**

Antonia Erica Ribeiro Mota  
Cecília Maria de Sousa Ferreira  
Gustavo Paixão Martins  
Iara Almeida de Sousa  
Joane Soares de Abreu



**Problema Resumido**

A Prefeitura Municipal de Imperatriz enfrenta dificuldades contratação de empresa especializada na aquisição regular e eficiente de materiais de construção, elétrico e hidráulico, essenciais para a realização de obras e serviços públicos, o que compromete a continuidade e a qualidade das demandas urbanas e infraestruturas municipais.

Em atendimento ao art. 18 inciso I da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a fase preparatória do processo licitatório e em compatibilidade com o plano de contratação anual, busca atender o interesse público envolvido e a melhor solução para o atendimento da necessidade aqui descrita.



**DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

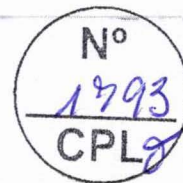
A cidade de Imperatriz, Maranhão, segundo maior município do Estado, mantém uma rede extensa de prédios e equipamentos públicos onde se exigem manutenção contínua de seus elementos

Secretaria de Administração e Modernização  
Rua Urbano Santos, nº 1657, Juçara, Imperatriz, Maranhão, Brasil





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



construtivos de instalações elétricas (baixa tensão, climatização, proteção e comando), bem como dos sistemas hidráulicos/sanitários (abastecimento, esgoto, drenagem pluvial). A descontinuidade no abastecimento desses insumos, especialmente no período chuvoso (novembro a abril), vem ocasionando atrasos em ordens de serviço, interdições pontuais de ambientes, aumento de chamados emergenciais e elevação do custo operacional por recompras e retrabalhos.

A Prefeitura de Imperatriz está enfrentando desafios significativos na aquisição de materiais de construção, elétricos e hidráulicos. A falta de um abastecimento regular desses insumos tem gerado interrupções nas obras e serviços públicos essenciais, comprometendo a execução de projetos de infraestrutura urbana que atendem diretamente às necessidades da população.

A demanda por esses materiais se torna ainda mais crítica em um cenário em que a manutenção e o desenvolvimento da infraestrutura municipal são fundamentais para assegurar a qualidade de vida dos cidadãos, além de promover a eficiência das atividades administrativas e governamentais. A escassez e a ineficiência no fornecimento desses materiais têm resultado em atrasos nos cronogramas, aumento de custos e, conseqüentemente, na insatisfação da população com os serviços públicos oferecidos.

A realização deste procedimento em questão visa estabelecer regularidade de fornecimento e instituir um modelo padronizado e competitivo de aquisição, permitindo atendimento tempestivo às demandas das unidades, com qualidade técnica.

Atender a essa necessidade é crucial para garantir a continuidade das obras públicas e o atendimento adequado das demandas urbanas. A obtenção desses materiais deve ser realizada de forma planejada e estratégica, visando não apenas a resolução imediata das dificuldades enfrentadas, mas também a institucionalização de um modelo eficiente de aquisição que priorize a qualidade e a regularidade do fornecimento.

Num contexto mais amplo, a capacidade da prefeitura de realizar investimentos em infraestrutura depende diretamente da sua habilidade em garantir a aquisição de insumos necessários. O atendimento adequado dessa demanda reflete uma gestão pública responsável e comprometida com o interesse público, assegurando que recursos financeiros sejam utilizados de maneira eficaz e transparente, beneficiando toda a comunidade.

As secretarias objeto deste processo de contratação possuem diversos prédios e diversas demandas que devem ser atendidas para o bom andamento da prestação do serviço público, dentre elas:

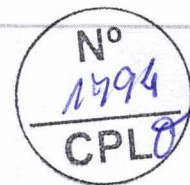
**SEMED – Educação: aproximadamente 130 unidades escolares** (escolas urbanas e do campo, CEMEI, anexos), com necessidade constante de reposição de materiais para cobertura, piso, esquadrias, pintura, instalações elétricas (iluminação, climatização, proteção) e hidráulicas (banheiros, cozinhas).

**SEMUS – Saúde: 2 hospitais** (HMI/Socorrão e HMII/Socorrinho), **1 UPA 24h** (São José), **40 UBS e Base do SAMU**. Demandas sensíveis em cabeamento, quadros elétricos, grupos de climatização, gases medicinais (interface predial), reservatórios, bombas, redes de esgoto e drenagem; impacto direto em leitos, salas de procedimento, farmácias e áreas críticas.





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



**SEDES – Desenvolvimento Social: 6 CRAS, 1 CREAS, Centro POP, Casa do Idoso, Casa da Criança, Abrigo institucional e Banco de Alimentos.** Necessitam de reparos céleres para garantir acolhimento e atendimentos continuados.

**Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra): Pátios operacionais e sede administrativa** e os mais diversos logradouros públicos. Consome insumos para manutenção de edificações públicas, praças, oficinas e apoio a obras de drenagem, sarjetas, bocas de lobo e meio-fio.

**SEAMO – Administração e Modernização: sede da Prefeitura e sede da SEAMO** (edifícios administrativos e anexos com salas de TI, protocolo, compras e etc), que exigem padrão de estrutura, segurança elétrica e adequações prediais.

A realização do processo de contratação para aquisição de materiais de construção, elétricos e hidráulicos pela Prefeitura Municipal de Imperatriz reveste-se de fundamental importância diante da relevância e da abrangência dos serviços públicos afetados. A escassez recorrente desses insumos compromete diretamente a manutenção e a operacionalidade de unidades essenciais à população, como escolas, hospitais, unidades de saúde, centros de assistência social e prédios administrativos.

A padronização e regularidade no fornecimento desses materiais não apenas evitam interrupções e retrabalhos, como também otimizam os recursos públicos, promovendo economicidade e eficiência, conforme os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Trata-se de medida estratégica de gestão pública que visa garantir o atendimento contínuo das demandas urbanas, a preservação do patrimônio público e a elevação do padrão de qualidade dos serviços prestados.

### ☰ REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

A elaboração do estudo técnico preliminar para a aquisição de materiais de construção, elétrico e hidráulico pela Prefeitura Municipal de Imperatriz deve ser orientada pela identificação clara das necessidades e dos requisitos que assegurem a efetividade da contratação. Abaixo, são apresentados os requisitos que a solução contratada deverá atender, garantindo que a proposta selecionada seja vantajosa e adequada ao atendimento das demandas da administração pública.

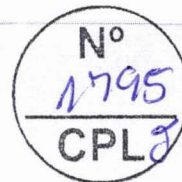
#### Requisitos:

- ✓ Efetuar a entrega do objeto contratado em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- ✓ Cumprir integralmente todas as obrigações previstas no Termo de Referência e seus anexos, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos, vícios, danos e despesas decorrentes da correta e perfeita execução do objeto, conforme disposto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- ✓ Realizar a entrega do material, sempre que solicitado pela Contratante, em remessas parceladas, nos endereços especificados no instrumento convocatório.
- ✓ Planejar e executar toda a logística necessária para garantir a entrega nos locais indicados.





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



- ✓ Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, em conformidade com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- ✓ Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, qualquer item entregue com avarias ou defeitos.
- ✓ Comunicar à Contratante, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência à data prevista para a entrega, qualquer motivo que impossibilite o cumprimento do prazo estabelecido, apresentando a devida comprovação.
- ✓ Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- ✓ Restaurar, desfazer, reconstruir ou substituir, às suas próprias expensas, total ou parcialmente, no prazo estabelecido pelo fiscal do contrato, quaisquer bens que apresentem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- ✓ Responsabilizar-se por todos os encargos, despesas, tributos e demais obrigações previstas na legislação específica, sem transferir qualquer responsabilidade ao Contratante e sem onerar o objeto do contrato.
- ✓ A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada por igual período, conforme o interesse público e a critério da Contratante, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
- ✓ A vigência contratual inicia-se na data de sua assinatura e publicação no Diário Oficial do Município com término em 31 de dezembro do ano em exercício. Podendo ser prorrogada, conforme o interesse público e a critério da Contratante, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.
- ✓ Não transferir a terceiros, por qualquer meio, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer parte da prestação a que está obrigada, salvo nas condições expressamente autorizadas pela Contratante.
- ✓ Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos equipamentos e materiais, sem qualquer ônus para a Contratante.
- ✓ A entrega do objeto desta licitação será realizada mediante apresentação de requisição assinada por pessoa autorizada, pelo Secretário ou seus substitutos imediatos, no local e horário indicados, sendo de inteira responsabilidade da proponente os custos de entrega.
- ✓ Os materiais devem ser novos, de primeira linha e com procedência comprovada.
- ✓ Os materiais de construção deverão incluir cimento, areia, tijolos, blocos, argamassas, além de outros insumos básicos, todos com especificação técnica compatível para obras públicas.
- ✓ Os materiais elétricos deverão atender às normas técnicas vigentes (NBR) e serem certificados por órgãos competentes, incluindo fios, cabos, lâmpadas, dispositivos de segurança e equipamentos elétricos diversos.
- ✓ Os materiais hidráulicos devem incluir tubos, conexões, válvulas e outros componentes, todos com garantia de qualidade e conforme as normas pertinentes, como a NBR 5626.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

Nº  
1796  
CPL

FLS. 2/2  
RUBRICA

- ✓ Prazo de entrega dos materiais deve ser, no mínimo, de 5 dias úteis a partir da emissão do pedido, garantindo a celeridade na execução das obras e serviços públicos.
- ✓ Os fornecedores deverão demonstrar experiência fornecimento de materiais semelhantes para entidades públicas ou privadas.
- ✓ Os materiais deverão passar por inspeção de qualidade antes da entrega, garantindo a conformidade com as especificações acordadas.
- ✓ Os fornecedores deverão disponibilizar assistência técnica e suporte pós-venda, com prazo de resposta de até 48 horas para qualquer reclamação ou necessidade de reposição.
- ✓ As propostas devem incluir condições de pagamento acessíveis, que estejam alinhadas à realidade financeira da Prefeitura Municipal de Imperatriz, com possibilidade de parcelamento conforme a demanda.
- ✓ Todos os materiais fornecidos devem incluir certificações de eficiência operacional e sustentabilidade ambiental quando aplicáveis.

Esses requisitos são essenciais para garantir que a contratação atenda plenamente às necessidades da Prefeitura, promovendo a continuidade e a qualidade nas obras e serviços públicos.



#### **SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO**

Para a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, cujo objetivo é levantar informações de mercado para definir o tipo de solução a ser contratada, observa-se que, para aquisição de materiais de construção, elétrico e hidráulico pela Administração Pública, predominam no mercado as seguintes alternativas, a seguir:

##### **1. Contratação de empresa especializada em fornecimento de materiais através de licitação tradicional sem registro de preços.**

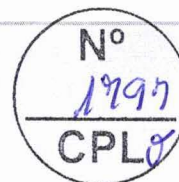
<b>Vantagens</b>	<b>Desvantagens</b>
Acesso a um catálogo variado de produtos, garantindo qualidade e diversidade.	Dependência de um único fornecedor, o que pode comprometer a continuidade caso haja problemas com a empresa escolhida.
Possibilidade de negociação de preços mais competitivos devido ao volume de compras.	Custo agregado da contratação do serviço especializado que pode ser elevado.
Suporte técnico especializado que pode auxiliar na escolha dos materiais adequados para cada obra.	Necessidade de fiscalização constante para garantir o cumprimento das especificações contratuais.
A empresa pode oferecer prazos garantidos de entrega.	Tempo gasto para o processo de seleção e contratação da empresa.

##### **2. Sistema de consórcio público para aquisição de materiais.**





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



Vantagens	Desvantagens
Redução de custos através da compra em maior escala, beneficiando-se de preços menores.	Complexidade na gestão do consórcio, o que pode demandar tempo e esforços administrativos adicionais.
Compartilhamento de responsabilidades entre os municípios participantes, diminuindo riscos financeiros.	Necessidade de consenso entre os municípios sobre as compras, que pode limitar a agilidade.
Maior diversidade de fornecedores, aumentando a concorrência e melhorando as condições de fornecimento.	Dependência de fatores externos (apoio do governo, por exemplo) que podem atrasar processos.

### 3. Sistema de Registro de Preços

Vantagens	Desvantagens
Maior flexibilidade: Permite a contratação conforme necessidade, sem compromisso imediato de aquisição.	Complexidade no gerenciamento: Requer acompanhamento contínuo para assegurar que as condições permaneçam vantajosas.
Variedade de fornecedores: Aumento da concorrência, potencialmente reduzindo custos.	Necessidade de monitoramento rigoroso: Para evitar problemas de qualidade ou atrasos nas entregas.
Facilidade de compras futuras: Um registro de preços facilita planejamentos futuros e aquisições emergenciais.	Limitações nos preços registrados: Podem não refletir as variações rápidas do mercado.

#### Análise Comparativa:

A escolha entre licitação tradicional, consórcio público e sistema de registro de preços (SRP) depende da natureza da demanda e da capacidade de gestão da administração pública.

A **licitação tradicional sem registro de preços** é mais adequada quando se busca contratar uma empresa especializada para fornecer diretamente os materiais, oferecendo suporte técnico, diversidade e prazos definidos. Contudo, apresenta limitações de flexibilidade, maior dependência de um único fornecedor e custo potencialmente mais elevado, exigindo fiscalização rigorosa.

O **consórcio público** favorece a redução de custos por meio de compras em escala, promovendo maior concorrência e divisão de responsabilidades. Porém, sua gestão é mais complexa, exige alinhamento entre os entes consorciados e tende a ser mais demorado, o que pode comprometer a agilidade nas aquisições.

Já o **sistema de registro de preços (SRP)** proporciona maior flexibilidade e agilidade, permitindo contratações conforme a necessidade e facilitando o atendimento de demandas emergenciais. Essa modalidade amplia a concorrência e permite melhor planejamento, embora exija monitoramento contínuo para manter a atualidade dos preços e garantir a qualidade dos produtos.

Em síntese, o SRP se destaca como a solução mais estratégica para necessidades contínuas e diversificadas, enquanto a licitação direta é mais indicada para demandas específicas e o consórcio, para compras em larga escala compartilhadas entre entes públicos.





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

Nº  
1798  
CPL

FLS. 24  
RUBRICA

Cada solução tem impactos diretos na continuidade e qualidade das obras e serviços, fundamentando a necessidade de um estudo aprofundado para escolher a alternativa mais adequada ao contexto específico da Prefeitura Municipal de Imperatriz. A escolha deve considerar não apenas o custo, mas também a eficiência e a adequação ao interesse público, sempre visando a melhoria da infraestrutura municipal.



#### DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO

A escolha do Sistema de Registro de Preços (SRP) como solução para a aquisição de materiais de construção, elétrico e hidráulico pela Prefeitura Municipal de Imperatriz é justificada por uma série de aspectos técnicos e operacionais que atendem às necessidades específicas da administração pública em questão.

No aspecto técnico, o SRP oferece um modelo de compras que promove a eficiência nas aquisições. Através desse sistema, a prefeitura poderá registrar preços com diferentes fornecedores, garantindo assim uma competitividade elevada no processo. Isso se traduz em condições mais vantajosas de negociação e preços ajustados ao mercado, aumentando a probabilidade de atender as demandas com qualidade e pontualidade. Além disso, o sistema permite que a gestão municipal faça uma melhor previsão das despesas com materiais de construção, elétrico e hidráulico, pois os preços registrados são fixados por um período determinado, proporcionando previsibilidade orçamentária.

Em relação à compatibilidade e facilidade de implementação, o SRP se encontra em uma configuração que facilita a sua adoção dentro dos processos administrativos já existentes na Prefeitura. A digitalização dos procedimentos de registro pode ser integrada a sistemas eletrônicos de compras, favorecendo maior agilidade. Com isso, é possível preparar uma base de dados que pode ser constantemente alimentada e atualizada, facilitando não apenas a cotação dos preços, mas também a análise de desempenho dos fornecedores ao longo do tempo.

Os benefícios operacionais do Sistema de Registro de Preços incluem uma gestão simplificada e menos burocrática das compras públicas. Uma vez que o SRP permite a contratação de bens e serviços por meio de atas de registro de preços, a contratação pode ser realizada de forma rápida e eficiente, minimizando atrasos que afetam diretamente a realização de obras e serviços públicos. Ademais, a manutenção do contrato e suporte de fornecedores qualificados assegura que os materiais adquiridos atendam aos padrões esperados de qualidade, reduzindo a necessidade de trocas e retrabalhos.

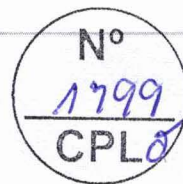
Além dos ganhos técnicos e operacionais, é imprescindível destacar a vantagem econômica do SRP. Este sistema proporciona um notável custo-benefício, uma vez que a competição entre fornecedores tende a resultar em preços mais baixos para o município. O retorno sobre o investimento esperado é significativo, pois não só se conquista uma economia nos gastos imediatos com a aquisição de materiais, mas também se garante a sustentabilidade das obras e serviços públicos ao evitar paradas ou interrupções devido à falta de materiais, traduzindo-se em eficiência na gestão do erário público.

Por fim, a escolha do Sistema de Registro de Preços se mostra uma alternativa viável e estratégica para a Prefeitura Municipal de Imperatriz frente à crise de fornecimento de materiais essenciais. A implementação dessa solução não somente atende às exigências legais, mas também reflete o





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



compromisso da gestão pública em otimizar recursos e melhorar a qualidade das infraestruturas urbanas, beneficiando integralmente a população local.

1=

## QUANTITATIVOS E VALORES

Para o dimensionamento das quantidades a serem contratadas, foi publicada no Diário Oficial do Município a Intenção de Registro de Preços referente ao objeto em estudo. Além disso, foi enviado o **Ofício Circular nº 047/2025 – SEAMO** a todos os setores e órgãos internos das unidades administrativas requisitantes, dirigido às autoridades competentes, para que manifestassem interesse em participar do processo de contratação. Após o recebimento das manifestações, deu-se início à abertura do presente procedimento, com a verificação dos quantitativos solicitados.

Dessa forma, o quantitativo a ser adquirido está detalhado na planilha unificada anexa a este documento.

No que se refere à estimativa de preços, destaca-se que a definição do valor estimado da licitação será realizada posteriormente, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa nº 65/2021 e pelo Decreto nº 013, de 13 de janeiro de 2025, que regulamenta os procedimentos administrativos para a realização de pesquisas de preços no âmbito da administração pública municipal.

É importante ressaltar que o Estudo Técnico Preliminar (ETP) é um instrumento inicial de caráter técnico, destinado a embasar a futura contratação. A definição dos valores será feita oportunamente, na fase subsequente de pesquisa de preços, momento em que o setor competente poderá obter cotações formais junto a fornecedores, consultar o Banco de Preços e analisar contratações similares previamente realizadas.

Essa abordagem garante que a estimativa de custos seja conduzida com maior rigor técnico e alinhada às condições de mercado vigentes, assegurando maior precisão na realidade econômica e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

A inclusão de um valor estimado nesta fase inicial poderia gerar expectativas desalinhadas com as propostas efetivamente recebidas, comprometendo a precisão do planejamento da contratação. Ao postergar essa definição para a fase de cotação, assegura-se maior flexibilidade e aderência às condições de mercado, resultando em uma estimativa final mais fidedigna e vantajosa para a Administração Pública.



## PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

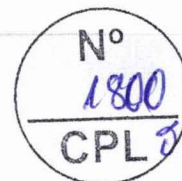
Parcelamento formal, realização de uma única licitação, mas cada parcela da solução sendo adjudicada em lotes/itens distintos.

A realização de uma única licitação com adjudicação em itens distintos, no contexto da contratação de empresa especializada para aquisição de materiais de construção, elétrico e hidráulico, apresenta vantagens significativas que justificam o parcelamento da solução. Ao adotar essa abordagem, a





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



Prefeitura de Imperatriz pode assegurar que cada item essencial à execução das obras e serviços públicos seja adquirido de forma otimizada, permitindo uma maior flexibilidade na seleção dos fornecedores mais qualificados. Isso contribui para a competitividade das propostas e possibilita a obtenção de condições mais vantajosas tanto em termos de preços como de qualidade.

Além disso, o parcelamento por itens distintos facilita a gestão dos contratos e o acompanhamento da entrega dos materiais de acordo com as necessidades específicas de cada obra, evitando assim interrupções nos serviços públicos. Essa estratégia permite um controle mais eficiente sobre o estoque e a disponibilidade dos insumos requisitados, minimizando o risco de desabastecimento que poderia comprometer a continuidade das ações de infraestrutura urbana. A execução da solução de maneira segmentada também possibilita a adaptação às variações de demanda, uma vez que diferentes tipos de materiais podem ser necessários em momentos distintos, alinhando-se às prioridades da gestão pública.

Por fim, ao optar por essa formação de adesão aos itens, a Prefeitura contribui para um atendimento mais efetivo ao interesse público, garantindo que as aquisições atendam diretamente às demandas emergentes. O parcelamento, nesse caso, não se confunde com a prática de compras parceladas, mas sim com uma estratégia inteligente que busca ampliar a eficiência na contratação e garantir que os serviços prestados à população sejam realizados dentro dos padrões desejáveis de qualidade e eficiência.



#### RESULTADOS PRETENDIDOS

A solução proposta, que consiste na adoção de um Sistema de Registro de Preços para a aquisição de materiais de construção, elétrico e hidráulico pela Prefeitura Municipal de Imperatriz, apresenta resultados esperados significativos em termos de economicidade. Essa abordagem permite a centralização das compras, possibilitando a negociação de preços mais competitivos devido à maior quantidade comprada e à consolidação da demanda. Com isso, a administração pública pode obter condições mais vantajosas e, conseqüentemente, reduzir os custos com aquisições.

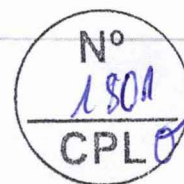
Além da economia financeira, a implantação do Sistema de Registro de Preços promove um melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis. Ao estabelecer um processo mais ágil e organizado, a equipe responsável pela gestão das compras poderá destinar menos tempo e esforço a trâmites burocráticos e processos de licitação, podendo se concentrar em atividades mais estratégicas e no acompanhamento das obras e serviços. Isso resulta em um aumento da eficiência operacional e na entrega dos serviços públicos de forma mais eficaz.

Outro aspecto importante da contratação via Sistema de Registro de Preços é o aprimoramento da gestão dos recursos materiais e financeiros. A sistematização das aquisições possibilita uma melhor previsibilidade nos gastos, facilitando o planejamento orçamentário e a gestão do fluxo de caixa da prefeitura. Assim, evita-se a compra improvisada ou emergencial, que costumam ser mais onerosas e prejudicam a continuidade dos serviços públicos. Com essa abordagem, a Prefeitura Municipal de Imperatriz poderá garantir que os recursos disponíveis sejam utilizados da forma mais racional e eficiente, atendendo às demandas da população de maneira qualificada e pontual.





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



Em resumo, a implementação do Sistema de Registro de Preços proporcionará à Prefeitura Municipal de Imperatriz não apenas a redução nos custos, mas também o otimizado uso dos recursos humanos, materiais e financeiros, assegurando a continuidade e a qualidade nas obras e serviços públicos.



#### PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

A análise das providências que devem ser adotadas pela Prefeitura Municipal de Imperatriz para a implementação eficaz do Sistema de Registro de Preços (SRP) deve considerar as especificidades da contratação de materiais de construção, elétricos e hidráulicos. Primeiramente, é essencial realizar um levantamento detalhado das necessidades quantitativas e qualitativas desses materiais, a fim de formular itens adequados que reflitam as demandas reais das obras públicas. Isso inclui definir especificações técnicas claras que garantam a qualidade necessária para os serviços públicos.

Em seguida, recomenda-se a elaboração de estudos de mercado que possibilitem uma avaliação precisa dos preços praticados e da oferta disponível. Esse estudo deve incluir mapeamento de fornecedores qualificados e identificação de empresas que já tenham comprovada experiência no fornecimento desses materiais a órgãos públicos, minimizando assim riscos de fracas entregas ou produtos inadequados.

Além disso, é ainda importante desenvolver um planejamento logístico que contemple a gestão e distribuição eficiente dos materiais adquiridos através do SRP. Isso implica na definição de um cronograma de entregas alinhado às necessidades das obras em andamento, bem como estabelecer mecanismos de monitoramento para acompanhar o consumo e garantir que se respeitem os limites orçamentários definidos.

Para assegurar a eficácia do SRP, é fundamental a capacitação específica dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato. Essa capacitação deve abranger aspectos técnicos sobre os produtos contratados, além de técnicas de fiscalização para assegurar que as entregas estejam dentro das especificações contratuais. Tal preparação deve ser justificada pela complexidade dos materiais envolvidos e pelas possíveis variações de qualidade, que podem impactar diretamente na execução dos serviços.

Por último, considera-se necessário o desenvolvimento de um sistema de feedback com os usuários finais, que permita avaliar a qualidade dos materiais fornecidos e a eficiência do SRP. Essa ferramenta não apenas contribui para a melhoria contínua das contratações, mas também fortalece a transparência e a responsabilização nas aquisições públicas. Em resumo, essas providências visam garantir que a solução escolhida contribua efetivamente para atender as demandas urbanas e de infraestrutura de Imperatriz, promovendo assim o melhor aproveitamento dos recursos públicos.



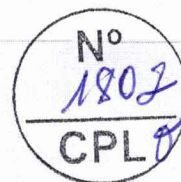
#### CONTRATAÇÕES CORRELATAS

A análise da necessidade de contratações correlatas e interdependentes ao Sistema de Registro de Preços para a aquisição de materiais de construção, elétrico e hidráulico revela que não há contratações adicionais imprescindíveis que devam ser realizadas antes da implementação da solução





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



escolhida. Isso se deve ao fato de que o sistema de registro de preços, por si só, é capaz de atender de maneira eficaz as demandas de suprimento dos materiais necessários para a execução de obras e serviços públicos.

As aquisições de materiais sob o regime do Sistema de Registro de Preços serão suficientes para garantir a continuidade das obras e a realização dos serviços desejados. Dessa forma, não se identificam contratações prévias necessárias, uma vez que a própria estrutura operacional do sistema permite flexibilidade e agilidade na aquisição dos itens requeridos, evitando transtornos na execução dos projetos municipais.

Entretanto, é relevante considerar que, em um contexto de obras públicas, podem surgir necessidades futuras de contratações relacionadas à manutenção de prédios públicos ou adequações em infraestruturas já existentes. Contudo, essas contratações não são um pré-requisito para a implementação imediata do Sistema de Registro de Preços, mas sim possibilidades de ações complementares que poderão ser avaliadas conforme as demandas surgirem.

Assim, pode-se concluir que a adoção do Sistema de Registro de Preços não exige contratações interdependentes ou correlatas prévias, proporcionando um direcionamento prático e eficiente para resolver as dificuldades enfrentadas pela Prefeitura Municipal de Imperatriz na aquisição de materiais essenciais para suas obras e serviços.



## IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação de materiais de construção, elétricos e hidráulicos por meio de um Sistema de Registro de Preços pode gerar diversos impactos ambientais associados à extração de recursos naturais, ao transporte dos materiais, ao consumo energético e ao descarte de resíduos. É crucial identificar esses impactos para adotar medidas mitigadoras eficazes.

Um dos principais impactos relacionados à aquisição dos materiais é a degradação ambiental decorrente da extração de matérias-primas. Para mitigar esse impacto, é fundamental priorizar fornecedores que adotem práticas sustentáveis na extração e produção dos materiais, como certificações que comprovem o uso responsável dos recursos naturais. Além disso, a escolha de materiais com menor pegada ambiental, como produtos reciclados ou de origem sustentável, deve ser incentivada.

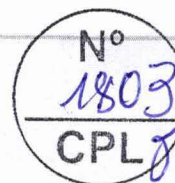
O transporte dos materiais também representa um impacto significativo. A logística eficiente é necessária para reduzir as emissões de gases de efeito estufa associadas ao transporte rodoviário. Medidas mitigadoras como a seleção de rotas otimizadas, o uso de veículos de baixo consumo de combustível ou a aplicação de sistemas de transporte intermodal podem contribuir para a redução das emissões. A contratação de transportadoras que utilizam veículos elétricos ou híbridos também deve ser considerada.

A eficiência energética é uma questão importante a ser abordada, especialmente em relação aos materiais elétricos adquiridos. A escolha de equipamentos e sistemas que promovam a eficiência





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



energética, como lâmpadas LED, bombas de água eficientes e sistemas de automação, ajuda a reduzir o consumo de energia nas obras e serviços realizados pela prefeitura.

Adicionalmente, a gestão adequada dos resíduos gerados durante a execução das obras é essencial. A implementação de um sistema de logística reversa, que permita o retorno de materiais e componentes para reciclagem ou reaproveitamento, é uma prática importante que pode minimizar o impacto ambiental. Isso inclui a destinação correta de sobras, sucatas e embalagens, e parceria com empresas especializadas na reciclagem dos materiais envolvidos.

Por fim, a manutenção de um cadastro de fornecedores comprometidos com a sustentabilidade e a inclusão de cláusulas contratuais que exijam práticas verdes dos contratados são ações que fortalecem as medidas mitigadoras planejadas. Essas iniciativas não só ajudam a reduzir os impactos ambientais associados às contratações públicas da Prefeitura Municipal de Imperatriz, mas também promovem um modelo de desenvolvimento urbano mais sustentável e responsável.



#### CONCLUSÃO

As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável, ademais:

- ✓ A contratação alinha-se às finalidades do Órgão e é viável do ponto de vista ambiental, econômico estratégico, conforme demonstra esse estudo;
- ✓ Os requisitos relevantes para a contratação foram adequadamente levantados e analisados;
- ✓ As quantidades sugeridas para a contratação estão coerentes e suficientes para a demanda prevista;
- ✓ No mercado existe a solução proposta e a solução viável;
- ✓ As estimativas preliminares dos itens a serem contratados foram realizadas e estão documentadas adequadamente em anexo a este Estudo;

Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é **PLENAMENTE VIÁVEL**.

Imperatriz/MA, 08 de setembro de 2025.

Joane Soares de Abreu

Agente Público Responsável pelo Estudo Técnico Preliminar  
Portaria nº 065

Despacho:

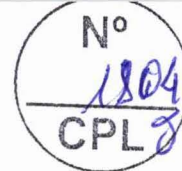
De acordo e aprovo:

Imperatriz/MA, 08/09/2025

Gustavo Paixão Martins

Chefe de Setor de Planejamento e Estudo  
Técnico em Contratações e Licitação





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**  
**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2025**

Prezados Senhores,

Pelo presente, submetemos à apreciação de V. Sra. a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação.

**1. PROPOSTA DE PREÇOS:**

ITE M	DESCRIÇÃO	MARC A	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
VALOR GLOBAL R\$ ____ (POR EXTENSO)					

**2. PROPONENTE:**

RAZÃO SOCIAL: ...  
CNPJ: ...  
ENDEREÇO: ...  
TELEFONE: ...  
FAX: ...  
E-MAIL: ...

**3. REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E/OU O CONTRATO**

NOME: ...  
CPF: ...  
RG: ...  
NACIONALIDADE: ...  
ESTADO CIVIL: ...  
PROFISSÃO: ...  
ENDEREÇO COMPLETO: ...

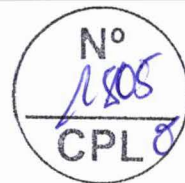
**4. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: ...**

**5. DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA: ...**

Declaramos que estamos ciente e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

Local e data

Nome e assinatura do representante legal da empresa  
(Nº da identidade do declarante)



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO  
ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_  
LEI 14.233/2021



**PROCESSO DE ORIGEM**

Pregão Eletrônico Nº XXX/2025

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 02.04.00.0447/2025 - SEAMO



**OBJETO**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



**VALOR TOTAL REGISTRADO**

R\$ 0,00 (valor por extenso)



**VIGÊNCIAS**

INICIAL: \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

FINAL: \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_



**ÓRGÃO GERENCIADOR**

Secretaria Municipal de Administração e Modernização

**ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



**DADOS DO BENEFICIÁRIO**

RAZÃO SOCIAL CONTRATADO, CNPJ nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_

Logradouro....., Número....., Bairro....., Cidade....., Estado.....

Nome Responsavel Contratado....., CPF nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_-\_\_\_\_





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

**PREÂMBULO**

Aos \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_, a Prefeitura Municipal de Imperatriz – MA, através da Unidade Gerenciadora \_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_, lavra a presente Ata de Registro de Preços (ARP), referente ao Processo Administrativo em epígrafe que deu origem ao Pregão Eletrônico N°{numero\_processo\_contratacao}, que tem como objeto \_\_\_\_, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, observados as especificações, os preços e os quantitativos do termo de referência do Processo de Contratação em referência referenciada, atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na , sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta **ATA** em documento vinculativo e obrigacional às partes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1 – A presente Ata tem por objeto xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, especificado no Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão Eletrônico

Nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO E CADASTRO RESERVA**

2.1 – A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.1.1 – O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

2.1.2 – Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

2.2 – A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1 – O instrumento contratual de que trata o item anterior deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.3 – Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4 – Após do processo de contratação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

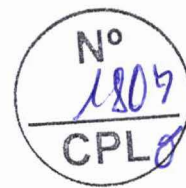
2.4.1 – Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário e se obrigar nos limites dela;

2.4.2 – Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

2.4.2.1 – Aceitarem cotar os itens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;

2.4.2.2 – Mantiverem sua proposta original.





**ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

2.4.3 – Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

2.5 – O registro a que se refere o item 2.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

2.6 – Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário terão prioridades sobre aqueles que mantiverem sua proposta original.

2.7 – A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 2.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

2.7.1 – Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta;

2.7.2 – Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

2.8 – O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

2.9 – Após a homologação do processo de contratação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.9.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

2.10 – A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no PNCP.

2.11 – Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 2.7, observando o item 2.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

2.12 – Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 2.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do instrumento convocatório, poderá:

2.12.1 – Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

2.12.2 – Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

2.13 – A existência de preços registrados implicará compromisso de serviço/fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**CLÁUSULA TERCEIRA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS**





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

- 3.1 – As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços.
- 3.2 – O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante.
- 3.3 – O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 3.4 – Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

**CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 4.1 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
- 4.2 – Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 4.2.1 – Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.2 – Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 4.1.3 – Na hipótese de previsão no instrumento convocatório de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.1.3.1 – No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 4.1.3.2 – No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**CLÁUSULA QUINTA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

- 5.1 – Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 5.1.1 – Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 5.1.2 – Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 5.1.3 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

5.1.4 – Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 – Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 – Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 – Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 6.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

5.2.4 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 6.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 – Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 – O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1 – O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6.1.1 – Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

6.1.2 – Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

6.1.3 – Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

6.1.4 – Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.4.1 – Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.





**ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

6.2 – O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6.4 – O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

6.4.1 – Por razão de interesse público;

6.4.2 – A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

6.4.3 – Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES**

7.1 – O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório;

7.1.2 – As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

7.2 – É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

7.3 – O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 6.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

8.1 – As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do instrumento convocatório.

8.2 – Integra a presente Ata de Registro de Preço, o Anexo I, com o cadastro de reserva das empresas signatárias que aceitam cotar os itens com os preços iguais ao do licitante vencedor do procedimento de contratação em referência.

8.3 – Fica eleito o Foro da cidade de Imperatriz/MA, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente ATA de Registro de Preços (ARP), que não puderem ser administrativamente solucionados, renunciando, como renunciado têm, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudança de domicílio de qualquer das partes.

**CLÁUSULA NONA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual, Distrital e Municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

9.1.1 – Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

9.1.2 – Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

9.1.3 – Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

9.2 – A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

9.2.1 – O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

9.3 – Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

9.4 – O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

9.5 – O órgão ou a entidade poderá aderir ao item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 9.1.

9.5 – As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

9.6 – O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

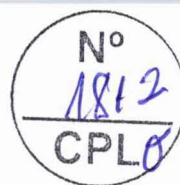
**CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ITENS REGISTRADOS**

10.1 – O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

Imperatriz – MA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_  
(ASSINATURAS)





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**  
**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2025**

**CADASTRO DE RESERVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_**

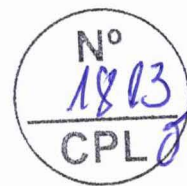
Aceita(m) cotar o(s) produto(s)/serviço(s) objeto da Ata de Registro de Preços em epígrafe com preços iguais ao do licitante vencedor do Pregão Eletrônico Nº xxx/2025, detentor dos preços registrados com esta Prefeitura Municipal, na sequência da classificação do certame, os seguintes fornecedores:

COLOCAÇÃO	FORNECEDOR	CNPJ	ENDEREÇO	REPRESENTANTE	CONTATOS	Nº DOS ITENS

Imperatriz – MA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

(ASSINATURAS)





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**  
**ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_**  
**COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.233/2021**



## PROCESSO DE ORIGEM

PREGÃO ELETRÔNICO nº \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: \_\_\_\_ /



## OBJETO CONTRATUAL

.....

**VALOR CONTRATUAL**

R\$ ..... (.....)



## VIGÊNCIAS CONTRATUAL

INICIAL: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
FINAL: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



### DADOS DO CONTRATANTE

**RAZÃO SOCIAL CONTRATANTE**, CNPJ nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_  
Logradouro....., Número....., Bairro....., Cidade....., Estado.....  
Nome Responsavel Contrante....., CPF nº \_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_



## DADOS DO CONTRATADO

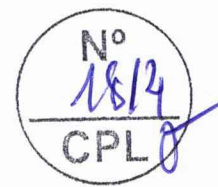
**RAZÃO SOCIAL CONTRATADO, CNPJ nº** \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_  
 Logradouro\_\_\_\_\_, Número\_\_\_\_\_, Bairro\_\_\_\_\_, Cidade\_\_\_\_\_, Estado\_\_\_\_\_.  
 Nome Responsavel Contratado\_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_



## FISCAL DO CONTRATO

Nome Fiscal Contrato.....





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**  
**PREÂMBULO**

Aos \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_, a Razão Social Contratante.... – UF., através da Unidade Administrativa Contratante ....., inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_./\_\_\_\_/\_\_\_\_, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)**

1.1 – O presente instrumento tem por objeto ..... de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)**

2.1 – O valor do presente Contrato é de R\$ ..... (.....), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1						
2						
3						
Valor Total						R\$ .....

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.3 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e encerramento em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade,





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

**CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)**

6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.

6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

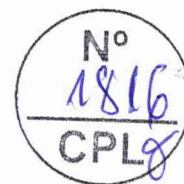
6.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Imperatriz deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
UNIDADE: .....	
CLASSIFICAÇÃO: .....	
NATUREZA DA DESPESA: .....	
FICHA: .....	

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

9.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

- 9.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 9.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 9.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.
- 9.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 9.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- 9.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.
- 9.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 9.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.9 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 9.10 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 10.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
- 10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- 10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.

10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

10.13 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.15 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

10.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.21 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

10.22 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

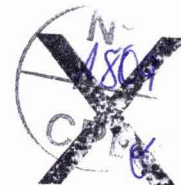
12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa** de:

- i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.
  - a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
- iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “a”, “b”, “c” e “d” do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 – A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.10 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 – Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO**

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Imperatriz/MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Imperatriz – MA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

**ASSINATURAS**

**PELA CONTRATANTE**

**PELA CONTRATADA**

\_\_\_\_\_





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**  
**TESTEMUNHAS**

\_\_\_\_\_  
NOME:

\_\_\_\_\_  
NOME: